



FGTS aprova distribuição de R\$ 12,7 bilhões a trabalhadores

Brasil e Colômbia assinam cooperação de combate à discriminação

Página 4

IPCA-15 tem deflação de 0,07% em julho

Página 3

Alckmin assina contrato de gestão do Centro de Bionegócios da Amazônia

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, assinou na terça-feira (25) o contrato de gestão do Centro de Bionegócios da Amazônia (CBA), em Manaus.

Com a medida, a instituição se torna uma organização social e será gerida pela Fundação Universitas de Estudos Amazônicos (FUEA). Além da parcela de investimento do governo federal, a entidade poderá captar recursos privados para continuar os trabalhos de pesquisa do antigo Centro de Biotecnologia da Amazônia, que era gerido pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

O centro atua há 21 anos em pesquisa e criação de novos produtos com matéria-prima da Amazônia, como alimentos, bebidas, medicamentos, cosméticos e produtos farmacêuticos. Também atua na capacitação de moradores de comunidades tradicionais.

Durante o evento, Alckmin destacou a importância da alteração na gestão do CBA. “Sendo uma organização social, ela terá muito mais flexibilidade e vai poder pegar recursos também da iniciativa privada. O que já está garantido são R\$ 47 milhões ao longo de quatro anos. Além disso, ela poderá buscar recursos privados para poder investir em pesquisa, desenvolvimento, inovação em bionegócios, como transformar a biodiversidade amazônica em cosméticos, remédios, alimento, enfim, transformar em renda, emprego, patentes, empresas e novos negócios”, disse.

O vice-presidente também defendeu o modelo tributário da Zona Franca de Manaus. “Não é incompatível com a reforma tributária. A competitividade da Zona Franca de Manaus deve ser mantida. O objetivo da reforma tributária é simplificar, desonerar completamente o investimento e desonerar completamente a exportação. Ela pode trazer um ganho em termos de produtividade, de eficiência econômica importante para o país e ajudar a Zona Franca a poder crescer ainda mais”, concluiu.

Em Manaus, Alckmin também participou de uma reunião da Suframa para aprovação de 42 projetos industriais, de serviços e agropecuários, que totalizam R\$ 727,3 milhões em investimentos. Há expectativa de criação de mil empregos e faturamento de R\$ 4,2 bilhões.

Em outra parte da agenda na capital amazonense, Alckmin inaugurou um distrito de micro e pequenas empresas. (Agência Brasil)

País teve 2,15 milhões de hectares queimados no primeiro semestre



Foto: Váler Campanato/ABI

Página 4

Polícia chega a suspeito de ter jogado garrafa que atingiu torcedora

A prisão do suspeito de ter atirado a garrafa de cerveja cujos estilhaços atingiram a torcedora do Palmeiras Gabriela Anelli, no último dia 8, foi possível devido ao trabalho de in-

teligência executado pela Polícia Civil paulista, informou a diretora do Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP), Ivalda Aleixo, na terça-feira (25). Página 2

Conselho aprova pausa na cobrança de financiamentos imobiliários

Página 5

Esporte

Destaque do Troféu Brasil, Lorraine Martins encara o desafio do Sul-Americano

Eleita a melhor atleta do Troféu Brasil Interclubes Loterias Caixa de Atletismo, que foi disputado de 6 a 9 de julho, em Cuiabá (MT), a velocista Lorraine Martins (Pinheiros-SP) está pronta para enfrentar novo desafio: representar a seleção brasileira no Campeonato Sul-Americano, que será realizado de sexta-feira (28/7) a domingo (30/7), no Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa, na Vila Clementino, em São Paulo.

Confiante, a carioca de 23 anos está inscrita em três provas – 100 m, 200 m e revezamento 4x100 m. Página 8



Foto: Wagner Carmo

Lorraine Martins comemora

Desafio das Serras e Ultramaratona movimentam São Bento do Sapucaí



Foto: Divulgação

Desafio das Serras e Ultramaratona

O começo de agosto será perfeito para quem gosta de superar barreiras. Isso porque nos dias 5 e 6 acontecerão as disputas do Desafio das Serras Ultramaratona, com provas de 40 e 80 quilômetros divididos em dois dias, e o Desafio das Serras, com distâncias de 6, 12, 21 e 42 quilômetros, dois dos mais importantes eventos de corrida de montanha do país. O palco será a famosa Pedra do Baú, com sede da cidade de São Bento do Sapucaí, que promete receber um grande número de participantes. Página 8

Copa Brasil de Kart: Carioca Gabriel Fernandes quer título em duas categorias em SC

Líder do Campeonato Carioca de Kart na categoria Júnior, e da categoria F-4 Junior na Copa São Paulo Light e da V11 Aldeia Cup, o carioca Gabriel Fernandes (Techspeed/Cinestúdio/Globo Construtora/Seepill Valves/Total Auto Center/3Marc/Pizza Crek/SOS

Bike Móvel) irá disputar nesta semana (26 a 29/7) a 24ª Copa Brasil de Kart, que será realizada no Kartódromo Beto Carrero, em Penha, litoral de Santa Catarina, fazendo jornada dupla, já que irá brigar pelo título nas duas categorias. Página 8

Paulista Off-Road: etapa surpreende competidores com desafios bem variados



Foto: Eduardo Carvalho

Campeões Máster: José Carlos da Silva e Bernardo Schafer Andrade

Pilotos e navegadores do rali de regularidade encararam no último sábado, 22 de julho, mais um desafio do Paulista Off-Road. Foi para São Luiz do Paraitinga (SP), no Vale do Paraíba, que o evento levou a quarta etapa da temporada 2023 e proporcionou aos participantes um sábado de muita adrenalina e diversão. No grid estiveram 45 veículos 4x4, que se

dividiram entre as categorias Máster, Graduado, Turismo e Turismo Light.

Como de praxe, o Paulista Off-Road entrega a cada etapa uma prova com características diferenciadas e que exigem habilidade e exatidão dos competidores e, principalmente, entrosamento entre as duplas. Página 8

Polícia chega a suspeito de ter jogado garrafa que atingiu torcedora

A prisão do suspeito de ter atirado a garrafa de cerveja cujos estilhaços atingiram a torcedora do Palmeiras Gabriela Anelli, no último dia 8, foi possível devido ao trabalho de inteligência executado pela Polícia Civil paulista, informou a diretora do Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP), Ivalda Aleixo, na terça-feira (25).

O caso aconteceu durante uma confusão registrada antes da partida entre Palmeiras e Flamengo envolvendo torcedores dos dois times. A jovem, atingida no pescoço por estilhaços da garrafa, foi socorrida em estado grave, mas não resistiu e morreu no dia seguinte.

Segundo a diretora, o ho-

mem foi identificado com a ajuda de imagens captadas por câmeras de segurança das imediações do ponto onde ocorreu a confusão e de câmeras do Allianz Parque. Foi utilizada ainda uma reconstituição virtual que contou com drones e escaneamento de todo o cenário onde ocorreu o fato. Jonathan Mesias Santos da Silva, de 33 anos, que é professor, casado e tem um filho, foi preso no início da manhã de hoje, em casa, no bairro de Campo Grande, no Rio de Janeiro, por policiais do DHPP.

As investigações contaram ainda com o apoio de outras unidades, depoimentos de várias testemunhas e outras imagens. Os peritos do DHPP conseguiram isolar o arremesso da gar-

rafa e individualizar a conduta de cada torcedor. Em seguida, foi possível identificar o homem entre os torcedores do Flamengo que estiveram no local.

“Foi individualizada a conduta, foi identificado que a pessoa que jogou a garrafa era um homem de barba. Ele entra para o estádio logo depois, é identificado, então, pelo reconhecimento facial do estádio. Ele é a única pessoa que joga na garrafa naquele momento em que a Gabriela é atingida. Ele está muito bem identificado”, explicou a diretora.

De acordo com Ivalda, foi possível ainda isolar o som e ouvir o ruído da garrafa batendo no lado esquerdo do portão de metal e quebrando segundos an-

tes de Gabriela ser atingida no outro lado, mas bem próxima e no ângulo que os cacos chegaram. Em seguida, os investigadores observaram o suspeito voltando para perto de uma van e trocando a camiseta cinza que usava pela camisa do Flamengo.

O delegado da Divisão de Homicídios do DHPP, Antônio Carlos Desgualdo, ressaltou que apesar de haver outros objetos arremessados, como copos, gelo, não há dúvidas de que a garrafa jogada por Jonathan foi o que atingiu a torcedora, causando um pequeno ferimento de cerca de 3 cm.

“Nós procuramos pegar o maior número de imagens e fizemos a sincronização das imagens com os sons. A partir

daí, conseguimos identificar quando o torcedor chega, quando começa a confusão, quando ele sai, quando troca de roupa e vai embora. Depois, ele retorna para o estádio para assistir ao jogo. Com base nessa sincronização de imagens e sons nós podemos excluir as outras possibilidades. Tudo feito com perícia, da forma mais técnica possível”, disse.

O suspeito teve seu celular apreendido e será apresentado ao DHPP em prisão temporária ainda hoje. Ele deve ser ouvido assim que chegar e passar por audiência de custódia nesta quarta-feira (26), se for o caso. Ele não tem passagem pela polícia e não faz parte de grandes torcidas organizadas.

A Polícia Civil paulista tinha prendido inicialmente Leonardo Felipe Xavier Santiago, mas o Ministério Público de São Paulo (MPSP) pediu a revogação da prisão preventiva e encaminhou o inquérito para o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) para continuidade das investigações. O pedido foi aceito pela Justiça e o jovem foi liberado no dia 12 de julho.

O promotor de Justiça Rogério Zagallo, responsável pelo caso, justificou que os vídeos levados ao Ministério Público mostram uma garrafa sendo lançada por outra pessoa. A diligência conseguiu identificar, portanto, o verdadeiro autor do arremesso.

Saúde registra queda nos atendimentos ligados à prática do futebol feminino em SP

Com o início da participação da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de Futebol Feminino, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP) destaca a necessidade de cuidados para evitar lesões durante a prática esportiva para as mulheres. Em 2022, a SES registrou um aumento de 4,2% no número de atendimentos ambulatoriais e internações hospitalares demandados por mulheres entre os 10 e 49 anos de idade por lesões comuns entre as pessoas que jogam futebol. Nos primeiros cinco meses de 2023, esse número caiu 10,2% em relação ao mesmo período do ano passado. Segundo o levantamento, desde 2020, os atendimentos mais frequentes ligados a lesões nas pernas, para mulheres nesta faixa etária, são as fraturas de tornozelo, de fêmur e os transtornos internos do joelho.

A maioria das lesões é leve e não demanda atenção médica para além da recomendação da aplicação de uma compressa gelada por 20 minutos no local e tomar um analgésico. Com a melhora dos sintomas, a pessoa pode retomar à prática física. No entanto, como aponta Tiago Lazzaretti Fernandes, médico do

esporte e ortopedista do Instituto de Ortopedia e Traumatologia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, “é importante ressaltar que dores articulares, principalmente, ou dores que não melhoram após esses cuidados iniciais, devem ser investigadas por um especialista médico do esporte ou ortopedista”.

As lesões mais comuns em quem joga futebol ocorrem na região dos quadris, pernas e pés, afetando a musculatura, os ossos e as articulações. Segundo o Dr. Fernandes, uma das mais incapacitantes é quando ocorre o rompimento do ligamento cruzado anterior (LCA), embora ela não seja tão comum como as torções do tornozelo e as chamadas contraturas e estiramentos, que são lesões musculares. As fraturas de tornozelo demandaram mais de 7,5 mil procedimentos na rede estadual do SUS desde janeiro de 2020, as fraturas de fêmur, mais de 1,6 mil atendimentos e os transtornos internos do joelho, mais de 900.

LCA

Os ligamentos são feixes de tecido fibroso que unem dois ossos em uma articulação do corpo. O LCA é responsável pela estabilidade dos movimentos do

joelho, conectando o fêmur e a tibia. Quando se rompe, é necessário realizar um procedimento cirúrgico para garantir a possibilidade de retorno à prática esportiva rigorosa. O rompimento geralmente provoca um “estalo” audível, seguido por dor e inchaço, observável em até 24 horas depois da lesão. Sem tratamentos, o inchaço e a dor passam sozinhos, mas o joelho pode permanecer instável e acarretar maiores danos ao menisco e cartilagem.

As lesões ao LCA podem ser causadas por mudança rápida de direção, tentar parar ou reduzir muito o ritmo de uma corrida de forma súbita, apoiar os pés incorretamente depois de um salto ou pelo contato direto ou colisão entre jogadores. Houve 255 atendimentos a mulheres entre os 10 e 49 anos de idade por ferimentos do ligamento e transtornos do joelho na rede pública estadual em 2023 até maio. Os procedimentos cirúrgicos para esse mesmo grupo representam 85,2% das internações por lesão nos membros inferiores.

Cuidados

Ainda de acordo com o Dr.

Fernandes, a principal recomendação para a população em geral para se evitar uma lesão não é que se evite a atividade física, mas sim que realize atividade física regular. Ela é importante tanto para o sistema osteomuscular, quanto para o coração e para a saúde mental.

Para aqueles que já praticam atividade física, é importante lembrar que o fortalecimento e o alongamento são igualmente importantes para se evitar lesões. Uma análise anterior à prática esportiva chamada Avaliação Pré-Participação (APP) é essencial para identificar e prevenir que lesões pequenas se tornem mais graves.

Segundo o Dr. Fernandes, “o objetivo do médico do esporte e ortopedista, quando existe lesão osteomuscular, é promover o repouso da região acometida pela doença sem que os outros grupos musculares sejam afetados. Ou seja, prescrevemos o ‘repouso ativo’, em que o atleta continua a realizar fortalecimento e atividades que estimulem o sistema cardiovascular para não perder condicionamento físico durante o tempo de recuperação”.

Prefeitura promove 6ª Semana Municipal da Primeira Infância

A Prefeitura de São Paulo promove, entre os dias 1º e 5 de agosto, a 6ª edição da Semana Municipal da Primeira Infância. Mesas temáticas sobre saúde mental de mães e paternidade ativa, além de antirracismo, prevenção às violências e efeitos da exposição precoce às telas integram a grade de atividades do evento.

A iniciativa, que tem como tema “Cuidando de quem cuida”, conta com a parceria da UNICEF e é elaborada no âmbito da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância.

O período que vai do nascimento até os 6 anos é de extrema importância na vida das crianças. É nessa fase que se desenvolvem as estruturas e os cir-

cuitos cerebrais e, por consequência, as habilidades sociais e as capacidades cognitivo-linguísticas, essenciais na vida adulta. Por isso, o investimento nessa faixa etária é crucial para quebrar ciclos de pobreza e violência e reduzir as desigualdades.

“É nessa etapa da vida que devemos intervir para assegurar oportunidades iguais a todos. Para isso, não basta olharmos para as crianças de forma isolada. Precisamos olhar para as famílias e sua rede de apoio, daí a necessidade de discutirmos o tema na perspectiva dos responsáveis pelo cuidado, desde as famílias até os profissionais envolvidos no seu processo de desenvolvimento” afirma o prefeito Ricardo Nunes.

A abertura oficial e as duas primeiras mesas de debate acontecerão na terça-feira (1º), das 9h às 13h, no Centro Cultural São Paulo. O segundo dia do evento será na Praça das Artes, na quarta-feira (2), das 9h às 13h. E o terceiro dia de atividades será realizado no auditório da Faculdade de Direito da USP, na quinta-feira (3), das 9h às 18h. O encerramento contará com a apresentação do balanço de implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância. A inauguração da Bebeteca municipal, na sexta-feira (4), assim como atividades em unidades da rede municipal de ensino, assistência social e saúde, integram a programação. .

Para participar presencialmente é necessário realizar inscrição por meio deste formulário.

Todas as mesas serão transmitidas ao vivo no YouTube e terão interpretação em libras. As atividades são planejadas por pastas que atuam na Política Municipal Integrada pela Primeira Infância como as secretarias de Governo Municipal/Executiva de Projetos Estratégicos; Educação; Saúde; Assistência e Desenvolvimento Social; Cultura; Pessoa com Deficiência; Inovação e Tecnologia; Transportes; Urbanismo e Licenciamento; Habitação; Desenvolvimento Econômico e Trabalho; Subprefeituras e Educação.

PM prende em Guarulhos contratantes de pessoas para transportar drogas ao exterior

A equipe abordou um dos homens e verificou que ele possuía passagens por tráfico de drogas. No imóvel do detido, os policiais ainda flagraram um outro suspeito ingerindo 20 porções de cocaína.

Uma mulher responsável por financiar o transporte das pessoas que eram usadas como “mulas” também foi presa no local.

O intuito dos suspeitos era levar a droga até a República

do Congo pelo Aeroporto Internacional de Guarulhos. No endereço, os policiais ainda conseguiram apreender 86 porções de cocaína, quatro balanças de precisão, dois cadernos com anotações, cinco

rolos de papel filme e uma fita adesiva.

O trio foi preso em flagrante e levado para a Superintendência da Polícia Federal em São Paulo, onde o registro da ocorrência foi elaborado.

CESAR NETO
www.cesarneto.com



CÂMARA

Maior vereador-presidente da história (desde 1560), o atual deputado federal Antonio Carlos Rodrigues foi um dos destaques de ontem, ao lado do seu ex-assessor, o vereador e líder do PL e dos evangélicos, Isac Felix ...

(São Paulo)

... O Palácio Anchieta viveu uma tarde agitada, porque o dono nacional (ex-deputado federal Costa Neto) e o ex-presidente Jair Bolsonaro prestigiaram as filiações de jovens que poderão até disputar a vereança em 2024

PREFEITURA (São Paulo)

Já que o tema é juventude nos partidos políticos, Ricardo Nunes tem saudade do tempo em que - aos 18 anos - filiou-se ao PMDB (hoje MDB). Não sonhava ser vereador. Menos ainda prefeito e candidato à reeleição

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Deputados(as) do PL Bolsonaroista; Republicanos da IURD; PSD Kassabista; MDB do Nunes; União do Bivar e Podemos da Renata, querem eleger (2024) mais prefeitos que o PSOL Boulista, apoiado na capital pelo PT Lulista

GOVERNO (São Paulo)

Tarcísio Freitas (Republicanos) tem aproveitado a hospedagem - no Palácio (Bandeirantes) - que tem dado o ex-presidente Bolsonaro (PL), pra conversar e planejar o futuro político, que não rolou quando era ministro e candidato

CONGRESSO (Brasil)

Uma coisa já é tida como certa, no Senado da República : entre os nomes dos que podem ser indicados pra próxima vaga no Supremo Tribunal Federal, não está o nome do presidente da mesa, o senador Pacheco (PSD kassabista)

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Lula tem sido aconselhado - inclusive por petistas históricos - a se manter sem maiores comentários sobre o caso do assassinato da vereadora (Rio) Marielle (PSOL), pra não ‘assinar recibo’ sobre seletividade de ‘delações premiadas’

JUSTIÇAS (Brasil)

Ainda sobre Supremo Tribunal Federal : além de não haver o nome do presidente do Senado pra ser indicado por Lula (dono do PT), não há nenhuma mulher preta, que seria a 1ª na história da mais alta corte brasileira

ANO 31

O jornalista Cesar Neto é editor da coluna [diária] de política - www.cesarneto.com - desde 1993. Recebeu “Medalha Anchieta” (Câmara - SP) e “Colar de Honra ao Mérito” (Assembleia - SP), por ter se tornado referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030
Fone: 3258-1822
Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Lembre sempre de lavar as mãos

Arrecadação federal cai 3,4% e chega a R\$ 180,47 bilhões em junho

A arrecadação da União com impostos e outras receitas caiu no mês passado na comparação com junho de 2022, e alcançou R\$ 180,47 bilhões, segundo dados divulgados na terça-feira (25) pela Receita Federal. O resultado representa recuo real de 3,37%, ou seja, descontada a inflação, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Foi a segunda queda na arrecadação neste ano. Em março, houve recuo real de 0,42%.

Ainda assim, no primeiro semestre deste ano, a arrecadação foi recorde, alcançando R\$ 1,14 bilhão, acréscimo acima da inflação de 0,31%, em relação aos primeiros seis meses do ano passado. O valor acumulado é o maior da série desde 1995.

Os dados sobre a arrecadação de junho estão disponíveis no site da Receita Federal.

Quanto às receitas administradas pela Receita Federal, o valor arrecadado no mês passado ficou em R\$ 174,96 bilhões, representando decréscimo real de 2,7%, enquanto no período acumulado de janeiro a junho, a arrecadação alcançou R\$ 1,09 trilhão, alta real de 1,58%.

Os resultados foram influenciados por alterações na legislação tributária e por pagamentos atípicos tanto em 2022 quanto em 2023, especialmente do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), que incide sobre o lucro das empresas. Segundo a Receita, ambos são importantes indicadores da atividade econômica, sobretudo, do setor produtivo.

As desonerações concedidas no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins) também influenciaram no resultado.

A arrecadação do Imposto de Renda Pessoas Jurídica (IRPJ) e da CSLL somou R\$ 24,53 bilhões em junho, com redução real de 30,60% sobre o mesmo mês de 2022. O resultado é explicado pelo decréscimo real de 41,10% na arrecadação da estimativa mensal de empresas. Na apuração por estimativa mensal, o lucro real é apurado anualmente, sendo que a empresa está obrigada a recolher mensalmente o imposto, calculado sobre uma base estimada.

A Receita ressaltou, por outro lado, que, em junho do ano passado, houve pagamentos atípicos de R\$ 6 bilhões nessa arrecadação.

No acumulado do ano, o IRPJ e a CSLL somaram R\$ 253,95 bilhões, com queda real de 4,77%. Esse desempenho é explicado pelo recuo real de 7,04% da estimativa mensal e de 34,32% na declaração de ajuste do IRPJ e da CSLL, relativa a fatos geradores ocorridos em 2022, conjugados com os acréscimos reais de 11,26% do balanço trimestral e de 6,91% do lucro presumido.

“Além disso, houve recolhimentos atípicos da ordem de R\$ 5 bilhões, especialmente por empresas ligadas à exploração de commodities, produtos primários com cotação em mercados internacionais, no primeiro semestre deste ano, e de 26 bilhões, no mesmo período de 2022”, informou a Receita Federal.

Contribuindo para melhorar a arrecadação, houve recolhimento extra do imposto de exportação sobre combustíveis em junho deste ano, de R\$ 1,4 bilhão, o que não aconteceu no mesmo mês de 2022.

Por outro lado, também houve desonerações tributárias. Apenas em junho, a redução de alíquotas do PIS/Cofins sobre combustíveis resultou em uma desoneração de R\$ 3 bilhões; em junho de 2022 havia sido de R\$ 1,7 bilhão. No ano, a desoneração chega a R\$ 20,25 bilhões. Já a redução de alíquotas de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) custou R\$ 1,9 bilhão à Receita no mês passado e R\$ 11,4 bilhões no semestre.

“Sem considerar os fatores não recorrentes acima, haveria um crescimento real de 5,29% na arrecadação do período e de 0,59% na arrecadação do mês de junho”, informou o órgão.

Outro destaque da arrecadação de junho foi o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), que fechou o mês em R\$ 6,29 bilhões, com diminuição real de 3,77%. O resultado pode ser explicado pelo decréscimo real de 46,55% na arrecadação relativa aos ganhos de capital na alienação de bens. No acumulado do ano, o resultado dessa receita chega a R\$ 31,53 bilhões, queda real de 5,24%.

Já as outras receitas administradas pela Receita Federal apresentaram arrecadação de R\$

4,23 bilhões, com acréscimo real de 62,87%, resultado que pode ser explicado pela arrecadação do programa de redução de litigiosidade, que somou R\$ 377 milhões no mês, e pelo imposto de exportação incidente sobre as exportações de óleo bruto, R\$ 1,4 bilhão.

No acumulado do ano, o destaque é para a Receita Previdenciária, que arrecadou de R\$ 288,58 bilhões, com crescimento real de 7,10%. Esse desempenho é explicado pelo crescimento real de 9,79% da massa salarial. Além disso, houve crescimento de 33% nas compensações tributárias com débitos de receita previdenciária, em razão da Lei 13.670/18, que vedou a utilização de créditos tributários para a compensação de débitos de estimativas mensais do IRPJ e da CSLL.

De janeiro a junho, o Imposto de Renda Retido na Fonte - Rendimentos de Capital somou R\$ 58 bilhões, alta de 28,17%. Os resultados podem ser explicados pela alta da taxa Selic (juros básicos da economia), que influenciou o recolhimento dos rendimentos dos fundos e títulos de renda fixa. Apenas em junho, o acréscimo foi de 10,79% nesse item, chegando a R\$ 17,38 bilhões.

O IRRF - Rendimentos do Trabalho registrou arrecadação

de R\$ 99,23 bilhões no primeiro semestre, representando alta real de 6,38%. O resultado deve-se ao acréscimo real na arrecadação dos itens Rendimentos do Trabalho Assalariado (8,42%) e Participação nos Lucros ou Resultados (15,7%) e ao decréscimo real em Aposentadoria do Regime Geral ou do Servidor Público (queda de 8,67%).

Já em junho, a arrecadação somou R\$ 13,85 bilhões, queda real de 0,63%.

A Receita Federal apresentou, também, os principais indicadores macroeconômicos que ajudam a explicar o desempenho da arrecadação, tanto no mês quanto no acumulado do ano. Entre os indicadores, estão a venda de serviços, com crescimento de 4,7% em maio (fator gerador da arrecadação de junho) e 5,21% no ano; e a massa salarial, que cresceu 13,96% em maio (15,21% no ano), em relação ao mesmo mês de 2022.

A venda de bens também cresceu 3% no mês e 2,41% no ano. A produção industrial subiu 0,28% em maio, mas caiu 1,06% no acumulado do ano, comparado ao período de dezembro de 2021 a maio de 2022.

Já o valor em dólar das importações caiu 16,7% em relação a maio do ano passado e 6,82% no ano. (Agência Brasil)

Obras com recursos do FGTS atenderam 2,9 milhões de pessoas

Em 2022, o financiamento de projetos de habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) beneficiou a mais de 2,91 milhões de pessoas em todo o Brasil, estimulando a criação de cerca de 2,18 milhões de postos de trabalho.

Embora já estivessem disponíveis, os dados relativos aos projetos executados com recursos do fundo foram detalhados pelo Ministério das Cidades, durante reunião do Conselho Curador do FGTS, na manhã da terça-feira (25).

Dos R\$ 83,788 bilhões do FGTS que o conselho autorizou o governo federal a investir em projetos habitacionais, de saneamento e infraestrutura urbana ao longo do ano passado, foram executados pouco mais de R\$ 65,309 bilhões, ou 78% do valor total.

Na área habitacional, a execução chegou a 89%, totalizando um investimento de R\$ 61,626 bilhões do orçamento total de R\$ 68,870 bilhões, o que, segundo o Ministério das Cidades, fomentou a geração de 2.094.408 empregos e beneficiou a 383.366 famílias.

Considerando apenas o segmento habitacional popular, o resultado foi a produção de 370.826 unidades habitacionais, com uma execução de R\$ 58,70 bilhões com destaque para a execução para as menores faixas de renda, do Grupo 1, rendimento de até R\$ 2.400, e Grupo 2, rendimento de R\$ 2.400 a R\$ 4.400.

Outro destaque é a execução de 82% do orçamento destinado ao Pró-Cotista, a linha de financiamento habitacional com recursos do FGTS oferecida pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal a traba-

lhadores que têm contas vinculadas ao fundo.

Segundo o coordenador-geral de Gestão do FGTS e Colegiados, do Ministério das Cidades, Rogério Borges Marques, ao longo do ano passado foram investidos cerca de R\$ 2,886 bilhões, ou 82% dos R\$ 3,541 bilhões destinados ao Pró-Cotista. Com isso, foram atendidas 12.540 famílias e gerados 101.967 empregos.

Já a execução do montante destinado a projetos de saneamento básico alcançou, na média, apenas 37% do total previsto, o que equivale a pouco mais de R\$ 1,739 bilhões dos R\$ 4,70 bilhões.

Criado em 2005, para melhorar as condições de saúde e a qualidade de vida da população urbana e rural, o programa Saneamento Para Todos disponibiliza financiamento para empre-

endimentos do setor público ou privado.

Neste segmento, enquanto a execução do setor público - estados, municípios, Distrito Federal, concessionárias públicas de saneamento, consórcios públicos de direito público e empresas públicas não dependentes - atingiu 32%, enquanto a execução dos financiamentos contratados pelo setor privado totalizaram 50% do montante investido no setor.

“Em 2022, já começamos a observar o reflexo das medidas do Marco Legal do Saneamento. A tendência é que, em 2023, tenhamos uma execução ainda maior”, disse Marques, acrescentando que os investimentos em projetos que contaram com a participação da iniciativa privada beneficiaram a 1.779.759 pessoas em todo o Brasil. (Agência Brasil)

IPCA-15 tem deflação de 0,07% em julho

Após nove meses no campo positivo, a prévia da inflação teve deflação de 0,07% em julho. Houve queda de 0,11 ponto percentual em relação à taxa do mês anterior (0,04%). O principal impacto para esse resultado veio da retração nos preços da energia elétrica residencial (-3,45%), após a incorporação do Bônus de Itaipu, creditado nas faturas de julho.

Os dados são do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), divulgado na terça-feira (25) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No ano, há alta acumulada de

3,09% e, em 12 meses, de 3,19%.

Além da energia elétrica residencial, a queda nos preços do botijão de gás (-2,10%) também influenciou a retração do grupo habitação (-0,94%), um dos que mais impactaram o índice geral. Já a taxa de água de esgoto (0,20%) está entre os itens que subiram.

“Entre os grupos analisados pela pesquisa, a outra maior influência sobre o índice geral veio de Alimentação e bebidas (-0,40%), cujo resultado é relacionado à deflação de alimentação no domicílio (-0,72%). Entre os alimentos com preços em

queda, destacam-se o feijão-carrioca (-10,20%), o óleo de soja (-6,14%), o leite longa vida (-2,50%) e as carnes (-2,42%). Por outro lado, a batata inglesa (10,25%) e o alho (3,74%) ficaram mais caros neste mês”, diz o IBGE.

Com a alta mais intensa do lanche (0,34% em junho para 1,02% em julho), a alimentação fora do domicílio (0,46%) acelerou em relação ao mês anterior (0,29%). Já a refeição (0,17%) desacelerou na mesma comparação (0,28%).

Entre as altas, o destaque foi o grupo de Transportes (0,63%). O avanço é explicado pelo au-

mento nos preços da gasolina (2,99%), que teve o maior impacto positivo (0,14 p.p.) entre os subitens pesquisados. O gás veicular também subiu (0,06%), enquanto o óleo diesel (-3,48%) e etanol (-0,70%) tiveram deflação. Com esses resultados, os combustíveis tiveram alta de 2,28% em julho.

Ainda em Transportes, houve alta de 4,70% nos preços das passagens aéreas, que já haviam subido 10,70% em junho. Do lado das quedas, destacam-se o automóvel novo (-2,34%) e o automóvel usado (-1,05%), além do ônibus urbano (-0,72%). (Agência Brasil)

Mercado reduz previsão da inflação de 4,95% para 4,9% este ano

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerado a inflação oficial do país - caiu de 4,95% para 4,9% neste ano. A estimativa está no Boletim Focus da terça-feira (25), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2024, a projeção da inflação ficou em 3,9%. Para 2025 e 2026, as previsões são de 3,5% para os dois anos.

A estimativa para este ano está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3,25% para 2023, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,75% e o superior 4,75%. Segundo o BC, o último Relatório de Inflação a chan-

ce de a inflação oficial superar o teto da meta em 2023 era de 61%.

A projeção do mercado para a inflação de 2024 também está acima do centro da meta prevista, fixada em 3%, mas ainda dentro do intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

Em junho, houve deflação no país, ou seja, um recuo nos preços na comparação com maio. O IPCA ficou negativo em 0,08%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi o quarto mês seguido em que a inflação perdeu força. Em maio, o IPCA foi de 0,23%.

No ano, o índice soma 2,87% e, nos últimos 12 meses, 3,16%, abaixo dos 3,94% observados nos 12 meses imediatamente anteriores e seguindo a tendência de queda apresentada desde junho de 2022, quando o índice estava em 11,89%.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa bási-

ca de juros, a Selic, definida em 13,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A taxa está nesse nível desde agosto do ano passado e é a maior desde janeiro de 2017, quando também estava nesse patamar.

Para o mercado financeiro, a expectativa é de que a Selic encerre o ano em 12% ao ano. Para o fim de 2024, a estimativa é de que a taxa básica caia para 9,5% ao ano. Já para o fim de 2025 e de 2026, a previsão é de Selic em 9% ao ano e 8,63% ao ano, respectivamente.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Desse modo, taxas mais

altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

A projeção das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira neste ano ficou em 2,24%, mesma do boletim da semana passada.

Para 2024, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - é de crescimento de 1,3%. Para 2025 e 2026, o mercado financeiro projeta expansão do PIB em 1,9% e 2%, respectivamente.

A previsão para a cotação do dólar está em R\$ 4,97 para o fim deste ano. Para o fim de 2024, a previsão é de que a moeda americana fique em R\$ 5,05. (Agência Brasil)

Governo autoriza emissão de mais ações do Porto de Santos

Um decreto presidencial, publicado na terça-feira (25) no Diário Oficial da União, autoriza o aumento do capital social da Autoridade Portuária de Santos S.A., por meio da incorporação de adiantamentos feitos pela União, atualização desses valores, além de saldo de capitalizações anteriores. Até a última atualização do estatuto, em 2020, as ações da empresa pública ultrapassavam o valor de R\$ 1,4 bilhão.

De acordo com o decreto, a esse valor serão acrescidos R\$ 103.346.942,15 de um adiantamento transferido em 2015, pela União, além de mais R\$ 4.052.782,11 de outros adiantamentos feitos em 2019 e 2020, com o objetivo de aumentar o capital social da empresa. Com isso, o novo ca-

pital social deve ultrapassar R\$ 1,5 bilhão.

Por ser uma empresa pública de capital fechado, vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, as ações que representam o capital social da empresa são 99,9% da União e menos de 0,01% do município de Santos.

O decreto autoriza ainda a subscrição das novas ações pela União e pelo município na proporção da participação dos acionistas e, caso o município de Santos não exerça o direito de preferência no prazo previsto, a União poderá exercer.

O novo capital social deverá ser publicado no Diário Oficial da União após a aprovação, pela assembleia geral de acionistas do valor total, bem como do número de ações que serão emitidas. (Agência Brasil)

Turismo tem maior faturamento em maio desde 2014, diz CNC

O turismo no Brasil teve, em 2023, o maior faturamento para um mês de maio desde 2014, divulgou na terça-feira (25) a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O volume de receitas somou R\$ 36,1 bilhões, com aumento de 8,6% em relação ao mesmo mês do ano passado, e de 4% na comparação com abril deste ano.

Na avaliação do presidente da CNC, José Roberto Tadros, o setor tem retomado sua receita com empregabilidade, desenvolvimento de novos negócios e atração de investimentos estrangeiros. Outro indicador desse movimento é que a média de fluxo de aeronaves nos 10 maiores aeroportos do Brasil voltou, em maio, ao nível observado antes da pandemia.

Do ponto de vista do turismo interno, a alta tem relação com o alto custo de viajar para o exterior e com a alta oferta de produtos turísticos brasileiros. Pela ótica do turista estrangeiro, o câmbio e a infraestrutura voltada ao turismo internacional tornam o Brasil uma boa opção.

Com o fortalecimento da atividade econômica do setor, foram criadas entre janeiro e maio 64,2 mil vagas de emprego no turismo, sendo 9,6 mil somente

em maio. Para o ano de 2023, a projeção da CNC é uma geração de 101,6 mil novos postos de trabalho.

Assim como o número de postos de trabalhos, o número de empresas do setor também está em alta. Em maio deste ano havia 10% mais estabelecimentos que no mesmo mês do ano passado, lista que inclui serviços culturais e de hospedagem, bares e restaurantes, transporte de passageiros, aluguel de veículos, agências de viagem e outros.

Apesar de ser frequentemente associado a hospedagem e agências de viagem, os serviços turísticos que tiveram maior crescimento de estabelecimentos foram aluguel de veículos (12,4%), serviços culturais (11,5%) e bares e restaurantes (10,9%).

A CNC também informa que a inflação foi mais intensa no setor turístico do que na economia em geral. Enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulava 2,95% em maio, o avanço médio dos preços no setor de turismo foi de 6%. Os maiores aumentos foram registrados nos preços de pacotes turísticos (10,5%) e hospedagens (15,8%). Os custos dos transportes por aplicativo tiveram uma queda de 4,6% para o consumidor. (Agência Brasil)

País teve 2,15 milhões de hectares queimados no primeiro semestre

Brasil e Colômbia assinam cooperação de combate à discriminação

A ministra da Igualdade Racial do Brasil, Anielle Franco, e a vice-presidente da Colômbia e, também, ministra colombiana da Igualdade e da Equidade, Francia Márquez, assinaram, na terça-feira (25), em Bogotá (Colômbia), um memorando de entendimento para combate ao racismo e promoção da igualdade racial na América Latina.

A ação faz parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha, celebrado neste 25 de julho.

O Memorando de Entendimento Brasil – Colômbia prevê ações de intercâmbio e troca de experiências nas áreas de combate e superação do racismo na região; promoção da igualdade racial, produção acadêmica e científica sobre os temas; e políticas para povos tradicionais.

Os dois países poderão elaborar uma agenda de trabalho para o desenvolvimento de ações de cooperação em temas de interesse comum. O objetivo é estabelecer o diálogo e disseminar conhecimento sobre a história da população afrodescendente na América Latina e Caribe, incluindo comunidades tradicionais de matriz africana, com destaque às relações históricas e culturais com o Brasil.

Os intercâmbios bilaterais poderão se dar em temas como história; cultura; reconhecimento, valorização e preservação; sistemas educacionais; ações afirmativas; diversidade étnico-racial e os desafios impostos pelo avanço de novas tecnologias e pelas mudanças nas relações entre países no sistema internacional.

O acordo contempla ainda a possibilidade de realização de seminários, capacitações, além de intercâmbio entre pesquisadores, estudantes, docentes e representantes de organizações da sociedade civil envolvidos com a promoção de direitos educacionais, sociais, culturais e sua relação com o combate à discriminação e a

promoção da equidade racial.

Além das duas ministras, estiveram presentes na cerimônia o presidente da Colômbia, Gustavo Petro (foto) e, representando o Brasil, as parlamentares negras brasileiras Erika Hilton (PSOL – SP), Talíria Petrone (PSOL – RJ), Reginete Bispo (PT – RS), Dandara Tonantzin (PT – MG), Carol Dorota (PT – PR) e Daiana Santos (PCdoB – RS).

A ministra brasileira agradeceu à vice-presidente colombiana, Francia Márquez, pela assinatura do documento, considerado por Anielle como histórico. “Sigo afirmando e reiterando toda força, rebeldia, todo o talento, todo o comprometimento que essa mulher tem. Hoje, estamos aqui, nós duas juntas, ministras, assinando esse memorando histórico na mão e pela mão de duas mulheres negras, com uma comitiva de parlamentares negras brasileira e dizer que esse é o início da retomada da democracia do nosso país, mas também a gente não vai retroceder, não daremos nenhum passo atrás”.

Anielle reafirmou apoio à vice-presidente colombiana, conhecida pelo ativismo nas causas das mulheres negras e defensora do meio ambiente. “Siga firme que estamos juntos com você, no Brasil, na Colômbia, em toda a diáspora latino-americana”.

Após a assinatura do documento, Anielle Franco reforçou que o Brasil é protagonista no combate ao racismo. “Podemos estar aqui, hoje, cerrando nossos punhos e dizendo a você e para todas as mulheres presentes, aqui, que a gente vai seguir, Francia. Obrigada, cada vez mais, por esse memorando histórico. Eu tenho certeza que, hoje, o presidente Lula está feliz e contente com o trabalho que temos feito. É, de verdade, muito gratificante estar liderando essa pasta”.

O memorando assinado na terça entra em vigor imediatamente e tem vigência de cinco anos. (Agência Brasil)

MEC empossa membros de colegiados do Compromisso Criança Alfabetizada

O Ministério da Educação (MEC) empossou, na terça-feira (25), em Brasília, os membros do Comitê Estratégico Nacional do Compromisso (Cenac)/e da/Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (Renalfa).

Os colegiados compõem o eixo Gestão e Governança, do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. A nova política de alfabetização foi instituída em junho deste ano e terá investimento federal de R\$ 3 bilhões, em quatro anos.

Camilo Santana, ministro da Educação, enfatizou que o governo federal dará apoio técnico e financeiro a estados e municípios para implementação da política de alfabetização e, assim, para garantir o direito universal à educação, previsto na Constituição Federal.

Contudo, o ministro defendeu o protagonismo dos estados e municípios na gestão da política de alfabetização. “A governança precisa existir do ponto de vista nacional, que vai ter desde a presença do presidente da República, do ministro; à governança estadual, portanto, é importante a liderança do governador, do secretário estadual [de educação]; até as governanças regionais e municipais. Vocês são fundamentais como articuladores dessa política, na ponta. Vocês vão estar no dia a dia, na execução dessa política”.

“Todas as evidências de estudos já mostraram que, quando uma criança é alfabetizada na idade certa, muda-se a rea-

lidade dos anos sequenciais da educação básica dela: diminui a evasão e o abandono escolar, reduz a reprovação”, aponta do ministro da Educação, Camilo Santana.

A secretária de Educação Básica do MEC, Kátia Helena Schweickardt, também pediu aos representantes das secretarias de educação estaduais e municipais que liderem os processos locais para promover a alfabetização na idade certa, junto com o governo federal, em todo o país. “O sucesso dessa política depende muito da liderança e do processo que vocês vão conduzir, sobretudo, para fortalecer o regime de colaboração que vamos instituir”.

O presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Luiz Miguel Garcia, entendeu que o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada é a essência do cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE). “É obrigação do Estado ter creches em quantidade suficiente. É compromisso do Estado a garantia das condições de ensino-aprendizagem para que as crianças de fato estejam indo a escolas e não a centros de acolhimentos de crianças”. O presidente da Undime ainda defendeu a ampliação da educação em tempo integral. “Quem sabe vamos realizar esse processo pelo menos na educação infantil e nos anos iniciais. Se não universalizar, que pelo menos chegue a 60%, 70% ou 80% da oferta de vagas em período integral”. (Agência Brasil)

No primeiro semestre deste ano, 2,15 milhões de hectares foram queimados no Brasil, revela mapeamento feito pelo MapBiomass Brasil, uma rede colaborativa formada por organizações não governamentais (ONGs), universidades e empresas de tecnologia, que produz um relatório sobre a cobertura e uso da terra. Segundo o mapeamento, isso significou queda de 1% em relação ao mesmo período do ano passado.

Se for considerada apenas a região da Amazônia, no entanto, as queimadas aumentaram 14% em relação ao último ano. De acordo com o MapBiomass, a Amazônia foi o bioma com a maior área queimada no semestre, com 1,45 milhão de hectares devastados em 2023, o que corresponde a 68% de toda a área queimada do Brasil nesse período.

Em segundo lugar, vem o Cerrado, com 639 mil hectares, o que representou 30% sobre o

total de área queimada no país e aumento de 2% em comparação com o mesmo período de 2022.

“A área queimada no primeiro semestre de 2023 no Cerrado está dentro da média dos últimos anos, com destaque para ações de queimas prescritas que são realizadas nesse período como parte da estratégia de prevenção de incêndios florestais do MIF (Manejo Integrado do Fogo). Porém, a área queimada em junho foi maior do que nos meses anteriores, porque o período de seca no bioma está só começando. A situação pode se agravar ainda mais com a chegada do fenômeno El Niño”, diz, em nota, a coordenadora operacional do MapBiomass Fogo, Vera Arruda, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.

De toda a área queimada no primeiro semestre deste ano no país, 84% eram de vegetação nativa, a maioria em formações campestres. Segundo o MapBi-

omass, as pastagens se destacaram entre os tipos de uso agropecuário, representando 8,5% de toda a área queimada.

O relatório revelou ainda que, na Mata Atlântica (10.220 hectares) e no Pantanal (13 mil hectares), a área queimada no primeiro semestre deste ano foi a menor dos últimos cinco anos.

A Caatinga seguiu a tendência de queda, com a área queimada no primeiro semestre inferior à dos anos anteriores, com 818 hectares atingidos. Já no Pampa foram queimados 7 mil hectares.

Quase metade da área queimada no país entre janeiro e junho deste ano esteve concentrada em um único estado da Amazônia: Roraima, principalmente nas cidades de Normandia, Pacaraima e Boa Vista.

Só neste estado, foram queimados 1 milhão de hectares no primeiro semestre deste ano. Em seguida, apareceram os estados de Mato Grosso (258 mil

em busca de alimentação e para reprodução. Segundo a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), todos os focos já foram declarados encerrados pelo Ministério da Agricultura e Pecuária. “O que temos de evitar, empregando todos os meios possíveis, é que adentre granjas comerciais”, reforçou o secretário.

A avicultura foi a atividade que mais gerou valor nas propriedades rurais do Paraná em 2022. Nas mais de 19 mil granjas produtoras de frango de corte, de recria e de ovos foi gerado um Valor Bruto de Produção (VBP) de R\$ 45 bilhões. Naquele ano foram abatidos mais de 2 bilhões de frangos. Neste ano de 2023, de janeiro a junho, o Estado exportou mais de 1 milhão de toneladas de carne de frango para mais de 130 países. Além disso, quase 100 mil pessoas são empregadas em frigoríficos que abatem e processam frangos.

hectares) e do Tocantins (254 mil hectares). Juntos, os três estados respondem por 82% da área queimada total no período.

Apesar de os dados semestrais terem mostrado relativa estabilidade, os números do mês de junho mostraram avanço nas queimadas em relação ao ano passado. Pelo relatório, os 543 mil hectares queimados no mês passado estão 203% acima da área queimada em maio de 2023. Segundo o relatório, a vegetação nativa respondeu por 81% da área queimada em junho.

O bioma com maior área queimada no mês de junho foi o Cerrado, com 425 mil hectares, seguido pela Amazônia, com 102 mil hectares.

As unidades de conservação que lideraram o ranking de áreas queimadas no mês de junho foram a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, o Parque Nacional dos Campos Amazônicos e o Parque Nacional do Araguaia. (Agência Brasil)

Paraná decreta emergência zoonitária para proteger o setor avícola

Para agilizar o atendimento nos casos notificados de suspeita de influenza aviária de alta patogenicidade (H5N1) e ter acesso facilitado a recursos no combate à doença, o Governo do Paraná decretou na terça-feira (25) estado de emergência zoonitária no Estado pelo prazo de 180 dias .

A medida, que teve aprovação do Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária (Conesa), é uma forma de alinhar as ações com o Ministério da Agricultura e Pecuária.

Em maio, o ministério já havia adotado essa providência e agora orientou para que decretos semelhantes fossem assinados pelos estados com vistas ao trabalho conjunto entre as 27 unidades da Federação e o Distrito Federal, garantindo agilidade nos processos, disponibilidade imediata de recursos, caso necessário, e segurança para os

importadores do frango brasileiro e para os consumidores. Até agora, Santa Catarina, Espírito Santo, Bahia, Mato Grosso do Sul e Tocantins também já adotaram decreto semelhante.

“É importante deixar claro que essa é uma medida protetiva. Com esse decreto podemos agir de maneira muito mais rápida, livrando-nos de algumas barreiras burocráticas caso se detecte a gripe aviária”, salientou o secretário estadual da Agricultura e do Abastecimento, Norberto Ortigara, que também preside o Conesa. “A medida possibilita ainda acesso mais imediato a recursos que nos ajudem a manter o controle já estabelecido no Estado”.

Até agora o Paraná detectou sete casos da doença apenas em aves silvestres migratórias, o que está dentro do esperado, visto que há migração natural de pássaros entre os continentes

Apostas esportivas de quota fixa são regulamentadas pelo governo

Uma medida provisória (MP) editada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicada no Diário Oficial da União da terça-feira (25) inicia o processo de regulamentação das apostas esportivas de quota fixa, também conhecido como mercado de bets. Criado em 2018, pela Lei 13.756, o mercado, com potencial de arrecadação anual de até R\$12 bilhões, permaneceu quatro anos sem regulamentação.

A principal mudança é a concessão para participar desse mercado, agora condicionada à aprovação do Ministério da Fazenda, sem limite de outorgas, desde que a empresa esteja estabelecida em território nacional. O Ministério da Fazenda informou que será criada, por meio de decreto, uma secretaria que se encarregará de analisar os documentos, credenciar as empresas e manter o controle sobre o mercado de apostas.

O presidente da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL), Wesley Cardia, disse que, embora tardia, a regulamentação é importante para trazer segurança para o mercado. “Convivem, no país, empresas que buscam as melhores práticas internacionais, conformes à regulamentação e à tributação justa, e aquelas oportunistas, que, nos bastidores, torcem para que nada mude, para continuar operando à margem de regras”, afirmou Cardia.

Com as mudanças, as empresas de apostas terão que destinar 18% da receita obtida com as apostas, já descontado o pagamento dos prêmios e dos impostos, a chamada Gross Gaming Revenue (GGR), ou receita bruta de jogos na tradução livre. O prêmio dos jogadores também será tributado em 30% pelo Imposto de Renda, a partir de R\$ 2,112.

A arrecadação do GGR será dividida, com 2,55% destinados

ao Fundo Nacional de Segurança Pública, para ações de combate às manipulações de apostas e ilegalidades no mercado; 0,82% para a educação, 1,63% para as entidades do Sistema Nacional do Esporte, em contrapartida do uso de nome, marcas, emblemas e hinos, 10% para a seguridade social, 3% para o Ministério dos Esportes.

Segundo Wesley, as empresas veem de forma positiva a regulamentação, desde que todos os integrantes do mercado participem da arrecadação e que a atuação de empresas ilegais seja coibida. “Temos grandes empresas internacionais que não podiam atuar no mercado pela falta de regulamentação. HABILITADAS, elas poderão vir, gerar empregos, gerar renda e tornar o mercado mais seguro e transparente”, afirma

Outra mudança importante que a MP traz é a proibição de que as empresas de apostas participem do mercado de direitos

de eventos desportivos realizados no país, como transmissão, distribuição ou qualquer forma de exibição. Esta é uma das medidas que buscam coibir a manipulação de resultados, conforme destacou a ministra dos Esportes, Ana Moser. “É mais uma iniciativa fundamental do governo brasileiro que, ao regulamentar as apostas esportivas, coibirá a manipulação de resultados e, sobretudo, preservará a integridade esportiva.”

Também será necessária uma contrapartida de publicidade e marketing para conscientização e prevenção do transtorno do jogo patológico. “Esse é o tipo de despesa extra que está dentro dos princípios da nossa associação, já que trabalhamos para evitar a participação de menores em jogos de aposta, mesmo que por aplicativo, e também para prevenir as patologias ligadas aos jogos.” (Agência Brasil)

Iphan investirá R\$ 7,5 milhões em projetos sobre cultura imaterial

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) disponibilizará R\$ 7,5 milhões para projetos que colaborem para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial brasileiro. A retomada desse investimento público visa fomentar iniciativas voltadas para as culturas populares e tradicionais e para a diversidade linguística do país.

O edital que prevê esses recursos – Edital do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) – foi publicado no Diário Oficial da União da terça-feira (25), pelo Iphan.

As propostas devem ser apresentadas entre os dias 26 de julho e 8 de setembro exclusiva-

mente na Transferegov, a nova plataforma para transferência de recursos do governo federal.

Podem participar da seleção órgãos e entidades dos governos federal, estaduais, instituições de ensino superior, organizações da sociedade civil, agências de desenvolvimento e organizações privadas ligadas à cultura e à pesquisa.

“Organizações da sociedade civil selecionadas devem celebrar convênios; órgãos e entidades da administração pública estadual vão firmar termos de colaboração; e as instituições federais, termos de execução descentralizada”, informa o Iphan.

O edital do PNPI de 2023 é dividido em três linhas temáticas.

A primeira é voltada a projetos de pesquisa e identificação de bens culturais imateriais utilizando o novo Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). A segunda linha abrange projetos de pesquisa sociolinguística/ que utilizem como referência o Guia do Inventário Nacional da Diversidade Linguística.

A terceira é voltada a projetos de apoio e fomento aos/bens culturais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil, inscritos em um dos Livros de Registro do Iphan.

“Na primeira linha, os projetos devem ter orçamento entre R\$ 200 mil e R\$ 500 mil; na segunda linha, entre R\$ 150 mil e R\$ 400 mil; e, na terceira, R\$

150 mil e R\$ 300 mil”, detalha o instituto.

Em nota, o presidente do Iphan, Leandro Grass diz que a nova edição do PNPI representa “a retomada da valorização do patrimônio imaterial, da cultura popular e dos saberes tradicionais”.

O instituto destaca que o valor a ser pago em 2023 “supera todo o investimento do Iphan em patrimônio cultural imaterial nos últimos quatro anos”, além de estar “mais de 1.000%” acima do valor disponibilizado em 2022.

No site do Iphan é possível obter mais detalhes sobre o edital do PNPI, bem como orientações sobre a submissão de propostas. (Agência Brasil)



QUARTA-FEIRA, 26 DE JULHO DE 2023
 ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

CNPJ/ME Nº: 34.924.224/0001-01 - NIRE: 35.235.641.919
Ata de Reunião de Sócios

[illegible]

CNPJ nº 05.684.234/0001-19 - NIRE 35300195639

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 28/04/2023

Data Hora, Local: 28/04/2023, 14h30min, Anísio de Araújo, Rua: 1000, nº 1000, Condomínio Imobiliário Pedro Maria, 04333-000, São Paulo-SP. **Presência:** totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Carlos Arnaldo Borges de Souza. Secretário: Douglas Constantino Ferreira. **Deliberações Aprovadas:** 1. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31.12.2022, a saber: Balanço Patrimonial e as demonstrações: Resultado; Resultado Abrangente; Mutações do Patrimônio Líquido; Fluxo de Caixa; Notas Explicativas; e Relatório dos Auditores Independentes, publicados em 28/04/2023 na Central de Balanços - SPED. 2. O lucro líquido do exercício findo em 31.12.2022 no montante de **R\$ 73.445,83** teve a seguinte destinação: **Contas:** Reserva Legal, **R\$ 3.672,29**; Reserva especial de lucros, **R\$ 52.330,15**; Dividendos propostos, **R\$ 17.443,39**; **Total: R\$ 73.445,83**. 3. Eleger os membros da Diretoria, com remuneração anual global de até R\$1.800.000,00, a saber: **Carlos Henrique Henrique Sangalli**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente em São Paulo/SP, **CNPJ 315.110.178-05**; **Claudia Silveira Cianfarra**, brasileira, casada, administradora, residente em São Bernardo do Campo/SP, **RJ 19.494.001-9-SSP-SP**; **CNPJ 119.745.888-98**; **Claudio Henrique Sangalli**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente em São Paulo/SP, **RJ 15.483.841-1-SSP-SP**; **CNPJ 030.084.068-31**; **Douglas Constantino Ferreira**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente em São Paulo/SP, **RJ 32.250.261-5-SSP** e **CNPJ 295.591.758-31**; **Emerson Gonçalves da Silveira**, brasileiro, casado, gestor empresarial, residente em São Paulo/SP, **RJ 22.047.887-9-SSP-SP** e **CNPJ 118.323.758-89**; **Irajá Martini do Amaral Gonçalves**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente em Cotinguiá/SP, **RJ 24.797.724 - SSP** e **CNPJ 296.506.218-14**; **Marcus Eduardo de Rosa**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente em São Paulo/SP, **RJ 15.483.841-1-SSP-SP**; **Marcus Eduardo de Rosa - Diretores**, JUCESP nº 61.447/23-3 em 30.06.2023. Maria Cristina Ferri - Secretária Geral.

EDITAL DE INTIMAÇÃO. Proco Digital nº: **0030124-2013.8.26.0001**. Classe: **Auxílio: Execução de Título Extrajudicial**. Contratos Bancários. Exequente: **Banco Bradesco S.A.** Executado: **R P RINHEIRO BIOCLETES ME** e, outro: **EDITAL DE INTIMAÇÃO** - Nº 20 (2013.8.26.0001) Nº 0030124-2/2013.8.26.0001. A N.ª Juíza de Direito de São Paulo, do Juízo de Direito da 1ª Vara de São Paulo, São Paulo, Estado de São Paulo, vem, por meio do presente, intimar o Sr. **R P RINHEIRO BIOCLETES**, CPF nº 28.622.558-34, no caso, no presente **AUXÍLIO DE EXECUÇÃO**, movida por **BANCO BRADESCO S.A.**, que fez realizado o bloqueio judicial sobre ativos financeiros de sua titularidade pelo Sistema SISBAJUD, nos quantias de R\$ 525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais), para que compareça ao Juízo de Direito da 1ª Vara de São Paulo, São Paulo, Estado de São Paulo, para, no prazo de 05 (cinco) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, comprove a impossibilidade da quantia supra, sob pena de ser considerada a quantia supracitada em favor do Banco Bradesco S.A. e, caso não compareça, o presente edital, em relação a este, independentemente de nova intimação, nos termos das arts. 854, §§ 5º c. 917, §1º c/ 525, §1º, conforme o caso, todos do CPC. Decorrido o prazo, sem manifestação, referida quantia será levantada pelo exequente. Ser o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Data e passado nesta cidade de São Paulo, em 17 de julho de 2020.

CNPJ/MF nº 92.751.213/0001-73 - NIRE nº 35300561040

[illegible]

União São Luiz S/A

CNPJ 53.408.860/0001-25

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas:

De acordo com as exigências legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas, as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de março de 2023 e 2022. A Diretoria agradece a todos os seus colaboradores e coloca-se à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos. Ourinhos - SP, 21 de julho de 2023.

Balancos Patrimoniais - Em milhares de Reais						Demonstrações de Resultados - Em milhares de Reais					
		31.03.23	31.03.22	Passivo		31.03.23	31.03.22			31.03.23	31.03.22
Ativo		31.03.23	31.03.22	Circulante		183.620	106.613	Receita Operacional Líquida		749.381	782.599
Circulante		322.870	243.683	Fornecedores de cana e diversos		121.235	56.902	Custo dos Produtos Vendidos		(505.972)	(508.97)
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.909	693	Empréstimos e financiamentos		34.772	30.587	Lucro Operacional Bruto		243.409	273.617
Contas a receber de clientes		125.330	93.486	Ajustamento de produção - Cooperativa		-	22	Recargas (despesas) operacionais		-	-
Contas correntes - Cooperativa		7.781	7.547	Salários e cont. sociais a pagar		5.348	4.044	Vendas		440.410	(23.42)
Estoque		63.288	12.952	Impostos e contribuições a recolher		19.903	13.637	Administrativas e gerais		(48.567)	(41.093)
Adiantamento a Fornecedores		13.227	6.875	Outras contas a pagar		840	624	Outras receitas(despesas) líquidas		50.450	35.839
Impostos a Recuperar		355.537	286.172	Dividendos a pagar		1.509	-	Lucro antes das Financeiras		204.882	243.444
Não Circulante				Não Circulante		234.166	205.546	Despesas Financeiras		37.610	15.06
Realizável a longo prazo		90.842	66.606	Empréstimos e financiamentos		79.732	75.368	Recetas Financeiras		(20.137)	(11.29)
Depósitos judiciais		1.824	2.202	Adiantamento de produção - Cooperativa		37.437	35.513	Financeiras Líquidas		17.473	3.777
Impostos a recuperar		1.987	-	Mútuo - Cooperativa		2.087	3.228	Resultado antes do IR e CS		222.355	247.211
Investimentos - cooperativa		22.704	13.634	Provisão para contingências		89.739	65.329	Imposto de renda e contribuição social - corrente		(48.573)	(70.94)
Investimentos		238.156	203.652	Passivos fiscais diferidos		25.161	27.110	Imposto de renda e contribuição social - diferido		1.949	90
Imobilizado		14	78	Patrimônio líquido		472.156	338.227	Lucro Líquido do Período		175.428	177.17
Intangível				Capital social		93.600	75.000	Lucro Líquido P/ Ação - R\$		2,25	2,22
				Reserva legal		8.771	15.600	Demonstrações de Resultados Abrangentes - Em milhares de Reais			
				Reserva de Lucros a Destinar		144.245	92.000	Lucro líquido do exercício		31.03.23	31.03.22
				Reserva de Lucros a Realizar		13.154	12.930	Resultado abrangente do exercício		175.428	177.17
				Reserva de incentivos fiscais		16.697	-	Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Em milhares de Reais			
				Ajuste de Avaliação Patrimonial		35.688	39.697	Atividades operacionais		31.03.23	31.03.22
				Dividendos Adicionais Propostos		160.001	100.000	Lucro líquido do exercício		175.428	177.17
				Total do Passivo		889.942	651.388	Ajustes			
								Depreciação e amortização		12.803	15.739
								Imposto de renda e contribuição social		24.410	19.63
								Juros prov. de empréstimo e financiamentos		15.349	7.97
								Variações nos ativos e passivos:			
								Contas a receber de clientes		(1.216)	(28)
								Contas a receber - Cooperativa		(33.841)	6.67
								Estoque		(234)	(3.65)
								Adiantamento a fornecedores		(50.336)	(4.39)
								Impostos a recuperar		(6.352)	(1.27)
								Depósitos judiciais		(24.236)	(6.10)
								Fornecedores de cana e diversos		64.333	21.63
								Salários e cont. sociais a pagar		1.304	11
								Impostos a recolher		6.266	(1.04)
								Outras contas a pagar		165	(19)
								Juros prov bancos, cooperativa e outros		(18.211)	(19.13)
								Imposto de renda e contribuição social pagas		(46.829)	(57.89)
								Caixa geradas nas atividades operacionais		155.656	181.72
								Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		(56.376)	(32.09)
								Aquisição de imobilizado		(47.307)	(25.27)
								Outros Investimentos		(9.069)	(6.82)
								Caixa geradas nas atividades investimento		(56.376)	(32.09)
								Fluxo de Caixa de Atividades de financiamentos			
								Variação de obrigações com a Cooperativa		6	(1.45)
								Empréstimos e financiamentos bancários tomados		40.000	2.003
								Empréstimos e financiamentos bancários pagos		(30.089)	(26.30)
								Dividendos Pagos		(39.999)	(11.01)
								Caixa gerada nas atividades de financiamento		(46.784)	(32.09)
								Aumento/Redução nas disponibilidades		79.207	13.88
								Disponibilidades no início do exercício		243.663	239.77
								Disponibilidades ao final do exercício		322.870	243.66

João Luiz Quagliato Neto

Diretor Presidente

Francisco Eroides Quagliato Filho

Diretor Administrativo

Paulo Fernando Couto

Contador CRC 1SP125.594/O-0

Roque Quagliato

Diretor de Manutenção Autônoma

Adriana Maria Quagliato Vessoni

Diretora Financeira

Orlando Quagliato Neto

Diretor de Manutenção Autônoma

João Carlos Rollim Vessoni

Diretor Industrial

As Demonstrações Financeiras com as Notas Explicativas na íntegra encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Sociedade.

Qualis Anestesia Ltda - CNPJ 50.208.647/0001-81 - NIRE/SP 35.261.068.791

de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
Sociedade Ltda. com sede na Alameda Santos, 1767 Sala 5

SP para se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária**, a distância, por videoconferência através da plataforma ZOOM, a ser realizada às 20h:00 do dia **03/08/2023**, em 1ª convocação, e às 20h:30 do dia **03/08/2023**, em 2ª convocação, caso não ocorra em 1ª convocação. Endereço Eletrônico: <https://us02web.zoom.us/j/85111111111> e senha: 85111111111. OBRIGATORIAMENTE, a participação dos sócios deve ser realizada através do nº 761648. Solicitamos aos sócios que verifiquem a compatibilidade da plataforma/aplicativo com antecedência para evitar problemas de conexão. **Deliberações:** A Assembleia será realizada para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: **A)** a proposta da administração para reformular o contrato social, com alterações referentes principalmente à alteração da sigla e do nome da empresa; **B)** a proposta da administração para reformular o contrato social, com a mudança no endereço societário; **C)** a proposta da administração para aprovar o contrato social, refletindo as alterações referidas acima, caso sejam aprovadas. São Paulo, 21.07.2023. p. Fernando David Goehler - Administrador

[illegible]

ANÔNIMA REALIZA

Data, hora, local: 03.20.22Z BH, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2369, q. 1102, Jardim Paulista, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade dos membros: **Mesa:** Presidente: Marcos Vinícius Rezende Pereira, Secretário: Guilherme Antonio Soares Amorá. **Deliberações aprovadas:** (I) O projeto do Estatuto Social; (II) De acordo com os Boletins de Subscrição, o capital social é de R\$ 100.000, sendo em 1.000 ações ordinárias nominativas, o capital social é de R\$ 100.000,00; (III) O valor da subscrição é 100% do capital social, sendo já se encontra integralizado pelos subscritores; (IV) Tendo sido completadas todas as formalidades legais esta definitivamente constituída, para todos os fins de direito, a sociedade por ações, que girará sob a denominação social de **Ouro V Invest S.A.**; (V) Eleger os Diretores, todos com mandato até a AGO a ser realizada no ano de 2025, permitida a reeleição; (a) Marcos Vinícius Rezende Pereira, brasileiro, casado, empresário, RG nº 42.870.575 SSP/SP, CPF/MF nº 401.288.978-80, para **Diretor Sem Designação Específica**; (b) Pablo Nunes Pinheiro Nain, brasileiro, solteiro, maior e capaz, advogado, OAB/SP nº 372.912, RG nº 1.000.000-00, para **Diretor Sem Designação Específica**; (c) Guilherme Antonio Soares Amorá, brasileiro, casado, empresário, RG nº 26.193.093 SSP/SP, CPF/MF nº 184.651.868-71, para **Diretor Sem Designação Específica**, assinam os Termos de Posse, e que serão lavrados no correspondente Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria. Fica estabelecido que a remuneração da Diretoria será fixada em Assembleia Geral a ser realizada oportunamente na sede social da Companhia. Os Diretores eleitos declaram que não estão impedidos de exercer atividades mercantis. **Encerramento:** Nada mais. **Acionistas:** Marcos Vinícius Rezende Pereira; Guilherme Antonio Soares Amorá; e Sukha Patricia Lima S.A. **Diretoria Eleitos:** Marcos Vinícius Rezende Pereira, Pablo Nunes Pinheiro Nain, e Guilherme Antonio Soares Amorá. **Ata:** Paulo Nunes Pinheiro Nain, OAB/SP nº JUCESJ NIRE 3530059063-5 em 12.04.2022. Gisele Simônia Ceschin - Secretária Geral.

Anexo I - Estatuto Social, Capítulo I - Denominação Social, Sede, Objeto e Prazo de Duração. Art. 1º. A pessoa jurídica denominada **Ouro V Invest S.A.** ("Companhia") é constituída sob forma de Sociedade por Ações de capital fechado e será regida pelo presente Estatuto Social e as disposições legais que lhe forem aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404/76 e suas alterações ("LSA"). **Art. 2º.** A Companhia tem sede social no Município de São Paulo/SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2369, q. 1102, Jardim Paulista, CEP 01412-902, inscrita no CNPJ nº 20.912.808/0001-00, sob o regime das disposições legais, abri, imitando encerrar filial, com o objetivo de desenvolver suas atividades na forma e limites aqui definidos. **Art. 3º.** A Companhia tem por objeto social as atividades de (I) Holdings de investimentos não-financeiras (CNAE: 64.20-0-00); e (II) Sociedades de fomento mercantil - factoring (CNAE: 64.31-9-00). **§ Único.** A Companhia poderá dedicar-se a todas as atividades que, direta ou indiretamente, se relacionem com seu objeto social e que sejam convenientes aos interesses sociais. **Art. 4º.** A Companhia vigorará por prazo indeterminado de duração. **Capítulo II - Capital Social e Ações. Art. 5º.** O capital social é de R\$ 1.000.000, dividido em 1.000 ações ordinárias nominativas, com denominação "Ação Ordinária", de R\$ 1.000,00 cada uma delas, aplicando-se quanto aos casos em que a ação pertencer a uma das pessoas, as disposições do § Único do artigo 28 das LSA. **Art. 6º.** Observadas as condições previstas neste Estatuto Social e na legislação aplicável, cada ação ordinária da direito a 1º voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Conselho Fiscal far-se-á por eleição de 3 (três) membros, sendo 1 (um) representante da administração e 2 (dois) representantes dos acionistas aplicável em vigor.

ceiras e Resultados. Art. 7º. O exercício social da Companhia terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, sendo a contabilidade organizada e mantida de acordo com as normas demonstradas contábeis, sendo obrigatório o levantamento de demonstrações trimestrais ou mensais e a elaboração de dividendos com base no balanço, respectivo o disposto no parágrafo 1º nas em Assembleia Geral tanto diretamente, quanto por meio de intermediários, existentes nas empresas, na última demonstração trimestral ou mensal, conforme o caso. **Art. 8º.** O lucro líquido da Companhia, após o pagamento de todas as obrigações legais, será dividido em 25% para os acionistas, e 75% para a reserva legal, até o limite de 5% do lucro líquido, sendo 25% para a reserva legal, e 25% para a reserva de lucros, calculado na forma da LSA; e o restante dos lucros da Companhia em Assembleia Geral decidida deverá ser pago, salvo que não tenha sido pago, até 60 dias da data em que o lucro líquido for apurado. **Capítulo VII - Companhia. Art. 1º.** A Companhia tem sede social no Município de São Paulo/SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2369, q. 1102, Jardim Paulista, CEP 01412-902, inscrita no CNPJ nº 20.912.808/0001-00, sob o regime das disposições legais, abri, imitando encerrar filial, com o objetivo de desenvolver suas atividades na forma e limites aqui definidos. **Art. 2º.** A Companhia tem por objeto social as atividades de (I) Holdings de investimentos não-financeiras (CNAE: 64.20-0-00); e (II) Sociedades de fomento mercantil - factoring (CNAE: 64.31-9-00). **§ Único.** A Companhia poderá dedicar-se a todas as atividades que, direta ou indiretamente, se relacionem com seu objeto social e que sejam convenientes aos interesses sociais. **Art. 4º.** A Companhia vigorará por prazo indeterminado de duração. **Capítulo II - Capital Social e Ações. Art. 5º.** O capital social é de R\$ 1.000.000, dividido em 1.000 ações ordinárias nominativas, com denominação "Ação Ordinária", de R\$ 1.000,00 cada uma delas, aplicando-se quanto aos casos em que a ação pertencer a uma das pessoas, as disposições do § Único do artigo 28 das LSA. **Art. 6º.** Observadas as condições previstas neste Estatuto Social e na legislação aplicável, cada ação ordinária da direito a 1º voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Art. 6º. A Assembleia Geral autorizar o aumento de capital social, mediante a subscrição de novas ações, dispor acerca das determinações a serem observadas quanto ao prazo e preço de subscrição. **Art. 7º.** A Companhia poderá adquirir, utilizando saldos de lucros ou reservas disponíveis, suas próprias ações para permanência em tesouraria sem que isso implique na diminuição do capital subscrito, visando à sua posterior alienação das em tesouraria não terão direito a voto, nem a dividendos ou bonificações, até sua rescalo ou não o seu direito de preferência por elas.

Capítulo III - Assembleias Gerais.

Art. 8º. A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia, e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **Súmula.** Toda e qualquer matéria submetida à aprovação da Assembleia Geral, dependerá do voto afirmativo de acionistas representando a maioria do capital social da Companhia, em especial, no que se refere às seguintes matérias: (i) Aprovar qualquer matéria prevista no artigo 136 da Lei; (ii) Alterar o Estatuto Social da Companhia; (iii) Eleger, substituir e destituir membros da Diretoria da Companhia, bem como fixar as atribuições e competências dos diretores; (iv) Aprovar a transformação, fusão, incorporação, cisão, liquidação e dissolução da Companhia; (v) Aprovar o aumento e/ou redução do capital social e emissão/cancelamento de ações da Companhia, bem como a criação e/ou a emissão de ações preferenciais da Companhia; (vi) Aprovar as contas dos Acionistas da Companhia, bem como examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia; (vii) Suspender o exercício dos direitos dos Acionistas da Companhia, nos termos do artigo 120 da LSA; (viii) Aprovar pedido de recuperação (judicial/extrajudicial), declaração de autoliquidância, liquidação e dissolução da Companhia; (ix) Aprovar a política de distribuição de dividendos e/ou retenção de lucros da Companhia; (x) Aprovar a alteração das políticas contábeis e fiscais da Companhia; (xi) Aprovar aquisição e/ou alienação pela Companhia, a qualquer título, de quaisquer bens imóveis e/ou direitos sobre bens imóveis da Companhia; e (xii) Aprovar a celebração de qualquer documento que importe na assunção de obrigações e/ou endividamento pela Companhia. **Art. 11.** As Assembleias Gerais serão realizadas na sede social da Companhia ordinariamente, dentro dos 04 meses seguintes ao término do exercício social, cabendo-lhe decidir sobre as matérias de sua competência previstas em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas, bem como nos casos previstos em lei e neste Estatuto Social. **S. 1º.** As Assembleias Gerais serão convocadas pela Diretoria, por qualquer de seus membros, através de edital publicado no Diário Oficial da União, com antecedência mínima de 15 dias antes dos assuntos a serem discutidos, ainda que de forma resumida. As notificações pessoais serão efetuadas por meio de telegrama, carta registrada ou mensagem eletrônica (e-mail), com pelo menos 08 dias de antecedência da realização da Assembleia. **S. 2º.** Não obstante as disposições do S. Primeiro acima, serão consideradas como tendo sido devidamente convocadas as Assembleias Gerais a que compareçam todos os acionistas da Companhia. **S. 3º.** As Assembleias Gerais serão presididas por quaisquer dos acionistas presentes escolhidos por aclamação. Caberá ao Presidente da Assembleia indicar o Secretário.

Capítulo IV - Diretoria.

Art. 12. A Companhia será administrada por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas, denominadas Diretores, cujas funções e atribuições são determinadas pelos estatutos da Companhia, com mandato de 03 anos, permitida a reeleição, sendo todos os 3 Diretores Sem Designação Específica. **Art. 13.** Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse dos novos Diretores regularmente eleitos. **Art. 14.** A investidura far-se-á até por termo no Livro Registro de Atas das Reuniões da Diretoria.

Art. 15. Compete à Diretoria retribuir as atribuições que a lei e o Estatuto Social lhe conferem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia. § 1º. Para a prática de todos e quaisquer atos em nome e representação da Companhia, os diretores deverão ser constituídos por maioria absoluta dos membros do Conselho Fiscal, com as regras abaixo: (a) se contar com a assinatura conjunta de 2 Diretores da Companhia; (b) se contar com a assinatura isolada de um procurador devidamente constituído pela Companhia, observado o disposto no § 2º deste Artigo 15. § 2º. A outorga das procurações em nome da Companhia somente será válida se forem obedecidas às regras de representação previstas nas alíneas do § 1º do Artigo 15 do Estatuto Social. As procurações não poderão ser outorgadas para prazo superior a 06 meses, sob pena de nulidade. Os poderes deverão ter prazo de validade limitado a até 03 anos. Art. 16. São expressamente vedados, sendo nulos de pleno direito e inoperantes com relação à Companhia, os atos tirados dos diretores, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a operações ou negócios estranhos aos determinados pelo objeto social ou que não tenham sido especificados nos mandatos conferidos, tais como, mas não limitados, fianças, garantias, emissões de títulos, empréstimos, concessão de crédito, etc. O descumprimento desta expressão dos acionistas, em Assembleia Geral, observado o disposto no § Único do Artigo 10 do Estatuto Social. § Único. Sempre que ocorrer violação ao disposto no caput deste artigo, os atos praticados serão nulos de pleno direito em relação à Companhia, acarretando, também, a responsabilidade solidária dos diretores e/ou procuradores envolvidos. Capítulo V – Conselho Fiscal. Art. 17. A Companhia terá um Conselho Fiscal, formado por três membros, dois deles obrigatoriamente brasileiros de nacionalidade brasileira, sendo um suplente, acionista ou não, com mandato unificado de 01 ano, permitida a reeleição, sendo seus membros eleitos pela Assembleia Geral. § Único. A instalação do

CNPJ/MF nº 05.117.355/0001-89 – NIRE 35.223.265.470

Convocação – Reunião Ordinária de Sócios
Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda., vem convocar seus sócios para a Reunião a realizar-se em **07/02/2023**, às **09h00**, exclusivamente de forma digital, para deliberar sobre as contas da administração e demonstrar as finanças referentes ao exercício social findo em **31/12/2022**. A Sociedade informa que está à disposição de seus sócios, em sua sede, as contas da administração, balanços patrimoniais e os resultados econômicos da Sociedade. Os Sócios que desejarem participar da Reunião devem enviar solicitação ao e-mail cg@spicibrazil.com.br, com antecedência mínima de 24 horas à data da Reunião, para recebimento das orientações de acesso à plataforma digital. São Paulo, 25/07/2023. **A Administração.**
 (25, 26 e 27/07/2023)

Sociedade Beneficente São Camilo. Requerido: Marco Antonio Martino e c
PROCESSO Nº 1032460-30.2017.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª

Santa, São Paulo, 02/02/2023. Maria Antônia Barbosa de Freitas, na forma da Lei nº 473, FASE SABER a) MARCO ANTÔNIO MARTINO, Brasileiro, CPF 082.528.226-4; e ELIANA SOUTO JUNQUEIRA, CPF 082.528.248-97; que lhe propõem a autoria de Procedimento Comum Civil por parte de Sociedade Beneficente São Camilo, alegando em síntese: Obtenção o reconhecimento da quantia de R\$ 657.713 (seis) milhões, decorrente do recibo Provedor de Serviço nº 216291. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após 20 dias o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado reu, caso em que será nomeado curador especial. Sobre o presente edital, por extrato, alçado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 18 de julho de 2023.

São Paulo, 25 de 07/2023

Consentimento approvato

pausa na cobrança
de financiamentos

imobiliários

O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aprovou, na terça-feira (25), a suspensão temporária da cobrança de financiamentos imobiliário contratados com recursos do fundo, no âmbito de programas de habitação popular como o Minha Casa, Minha Vida.

“Vamos beneficiar 700 mil famílias, permitindo que elas se readequem para poder continuar fazendo os pagamentos no mês”, afirmou o secretário-executivo do Ministério das Cidades, Hildo Rocha, explicando que a suspensão temporária das cobranças foi proposta pela Caixa, principal agente financeiro do programa.

"Isso é importante para o mercado e está de acordo com a política adotada pelo governo federal de garantir o crédito [à população]", acrescentou Rocha, alegando haver estudos que apontam que mais de 90% das famílias com dificuldades financeiras temporárias voltam a pagar suas contas em dia se conseguem estender os prazos e, assim, evitar que as dívidas se acumulem.

De acordo com o Ministério das Cidades, a medida não acarretará prejuízos nem para os trabalhadores com contas vinculadas ao FGTS, nem para os bancos que pausarem os pagamentos das prestações, pois os valores pactuados com os clientes inadimplentes será incorporado ao saldo devedor.

Também a pedido do ministro, o Conselho Curador autorizou que mais R\$ 28,85 de recursos do FGTS sejam destinados ao custeio de projetos habitacionais populares. Com a suplementação, o orçamento inicialmente aprovado para este fim, que era de R\$ 68,1 bi, saltará para cerca de R\$ 97 bilhões.

“Será o maior recurso, mon-
tante, nominal aplicado pelo Es-
tado brasileiro em habitação po-
pular, com recursos do FGTS.
Quarenta por cento maior que no
ano passado. E, sem dúvida ne-
nhuma, vai criar um sistema mu-
to positivo, ajudando a gerar
quase 3 milhões de empregos
diretos e a movimentar toda uma
importante cadeia produtiva”,
afirmou Rocha. (Agência Brasil)



12ª VARA CÍVEL DA CAPITAL-SP – FÓRUM CENTRAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO. PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1061961-28.2014.8.26.010. O(A) MME
 Juiz de Direito da 12ª Var. Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. Guilherme Rocha
 Silva, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER AO(A) ELIZABETH ARNOLD MORAES** – **SAB-RJ Nº 117.138**, CPF nº
 010.430.327-72, residente e domiciliada em São Paulo, SP, no endereço: Rua Maria
EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, para a cobrança de R\$ 88.560,43, procedeu-se a penhora
 sobre “O imóvel descrito na matrícula nº 176723 do 9º Cartório de Registros de Imóveis do Rio de
 Janeiro-RJ. Estando a executada em lugar incerto e não sabido, foi determinada sua INTIMAÇÃO, por
 EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, a fluir após os 20 dias
 supra, querendo, ofereça IMPUGNAÇÃO, na ausência dos quais, prosseguirá o feito em seus ulteriores
 atos processuais, sob pena de revelia e confissão na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado
 no passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de maio de 2023.

JERSE RODRIGUES DA SILVA, 2º Oficial de Registro de Imóveis da Capital, **FAZ SABER** a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Serviço Registral está sendo processado, por meio do requerimento de 28 de setembro de 2022, prenotado sob o nº 507.762, em 03 de outubro de 2022, e devidamente atuado, o Registro de Reconhecimento da USUCAPÇÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA, nos termos dos artigos 1071 e seguintes do Código Civil, vigente, declarado nos exatos termos da Ata Notarial Lavrada em 09/09/2022, no Livro 6393, página 103, pela SILVIA TERESINHA MAYER PEDROSO DE LACERDA, se sua a posse mansa, pacífica, contínua, sem oposição, ininterrupta, de boa fé, exercendo inclusive a faculdade de "acesso possessórios", nos termos do artigo 1238 do Código Civil vigente, com "animus domini", em virtude do exercício da posse "ad usucapionem", pela requerente por 14 anos, consistente no "APARTAMENTO nº 103, localizado no 10º andar e o ESTACIONAMENTO GRANDE nº 18, ambos do EDIFÍCIO DEBRET, situado na Rua Rosa e Silva nº 206, no 11º Subdistrito – Santa Cecília, objeto das matrículas nºs 45.673 e 45.674 do 2º Oficial de Registro de Imóveis desta Capital, tendo como co-proprietários tabulares REINALDO ROCHA MELO e sua mulher NELLY DA SILVA MELO; e ANTONIO SERGIO AMORIM BROCHADO e sua mulher RÓGINA CLÉRY MILAN BROCHADO ou seus Espólios. Feita a notificação solicitada foi constatado que os titulares REINALDO ROCHA MELO e sua mulher NELLY DA SILVA MELO; e ANTONIO SERGIO AMORIM BROCHADO e sua mulher RÓGINA CLÉRY MILAN BROCHADO não foram notificados por não terem sido localizados, estando referidas pessoas em lugar incerto e não sabido. Dessa forma, ante a previsão legal contida no § 13 do artigo 216-A, da Lei Federal nº 6015/73, combinado com o item 428.1 e seguintes, do Capítulo XX, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, deste Estado, e do artigo 11 do Provimento CNJ 65/2017, fica por este edital NOTIFICADOS a comparecerem perante este Serviço Registral, de segunda a sexta-feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, e/ou seu representante legal, munido de procuração com firma reconhecida, a fim de obter os mais amplos esclarecimentos acerca da presente USUCAPÇÃO EXTRAORDINÁRIA EXTRAJUDICIAL, processada nos termos da legislação vigente que encontra-se à disposição para análise nesta Serenata, podendo impugnar fundamentadamente os presentes trabalhos, no prazo legal de até 15 (quinze) dias úteis, contado da data da última publicação deste edital, sendo que, nos termos do artigo 11 do Provimento CNJ 65/2017, o silêncio do notificando será interpretado como sua concordância com o pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião solicitado por SILVIA TERESINHA MAYER PEDROSO DE LACERDA, divorciada. E, para que chegue ao seu conhecimento e não venha o notificado de futuro alegar ignorância, exped-se o presente edital que será publicado por 2 (dois) dias em um dos jornais de maior circulação a Comarca de São Paulo. São Paulo, 11 de julho de 2023. O Oficial. **Jersé Rodrigues da Silva**. 11 e 26/07/23

"Sobretaxa" = 20%

tr" = número de Dias Úteis entre a data do próximo Período de Capitalização e a data do Período de Capitalização anterior, sendo "tr" um número inteiro; "DT" = número de Dias Úteis entre o último e o próximo Período de Capitalização, sendo "DT" um número inteiro; "DP" = número de dia(s) (útil)is correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo "dk" um número inteiro;

Define-se "Período de Capitalização" o intervalo de tempo entre 2 datas de pagamento da Remuneração, sendo que o primeiro Período de Capitalização tem início na Data de Emissão e término na data do primeiro pagamento da Remuneração. Os demais Períodos de Capitalização têm início na data de pagamento da Remuneração do Período de Capitalização anterior e término na data de pagamento da Remuneração subsequente da mesma Período de Capitalização, exceto no último caso, quando, pela continuidade, o Valor da Remuneração será agregado ao saldo do Valor Nominal para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. O pagamento da Remuneração será exigível somente no final de cada Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura de Emissão. - número total de taxas DI Over, sendo "ndi" um número inteiro; **5.2.1.7.** Taxa DI divulgada pela CETIP; No caso de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 dias consecutivos, de extinção ou de impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI a Debênture, o Agente Fiduciário convocará, no prazo máximo de 15 dias a contar da data em que foi verificada a ausência de apuração e/ou divulgação, a extinção ou a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, o debenturista, para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro de remuneração da Debênture, a ser proposto pela Emissora. Até que esse novo parâmetro seja estabelecido de comum acordo com a Emissora e o Debenturista mencionado na Cláusula, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida da Sobretaxa aplicável, calculada pro rata temporis, até a data da deliberação entre Emissora e Debenturista. Caso não haja, entre a Emissora e Debenturista, acordo sobre o novo parâmetro de remuneração, a Emissora deverá, até a data da deliberação, pagar, pro rata temporis, as taxas de juros do Valor Nominal acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, utilizando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente.

O resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

5.2.1.8 Repatuação. Não haverá repatuação. **5.2.1.9** Resgate antecipado facultativo ou amortização antecipada facultativa. A partir do 1º dia do 12º mês contado da Data de Emissão (inclusive) e desde que a Emissora notifique o Debenturista com antecedência mínima de 10 dias úteis da data de resgate, a Emissora reserva-se o direito de promover (i) o resgate antecipado das Debêntures, mediante pagamento do saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, sendo certo que o resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza; ou (ii) amortização parcial antecipada da Debênture, no mesmo, quando o montante deverá ser aplicado da seguinte forma: (a) primeiramente deverá ser utilizado no pagamento da Remuneração devida, calculada pro rata temporis desde a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento; e (b) saldo remanescente após a realização do pagamento mencionado na alínea (a) acima deverá ser utilizado na amortização do Valor Nominal, sendo certo que, para os fins do cálculo da remuneração, no caso da amortização parcial antecipada, a data da amortização constituirá a data de início do próximo Período de Capitalização, exceto se a amortização for efetuada em duas parcelas, sendo a primeira parcela antecipada e a segunda parcela efetuada no próximo Período de Capitalização original, ou seja, como se não houvesse ocorrido qualquer amortização parcial antecipada.

5.2.20. Encargos moratórios. Ocorrendo impropriedade no pagamento de qualquer quantia devida ao Debenturista por força desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória de 2% sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios"). **5.2.21.** Local de pagamento. Os pagamentos referentes ao Valor Nominal, a Remuneração, e a quaisquer outros valores eventualmente devidos nos termos desta Escritura de Emissão, serão efetuados pela Emissora na conta bancária indicada pela Debenturista.

5.2.22. Prolongação dos prazos. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de SP, Estado de SP, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, nos termos do laudo de avaliação a ser emitido. Os acionistas deverão se declarar de forma irrevogável e irretirável que renunciam o direito de preferência no ato da conversão. **5.3.** Os acionistas autorizam a Diretoria da Companhia, observadas as disposições legais, praticar todos e quaisquer atos necessários à efetivação da Emissão e da Oferta, podendo inclusive, mas não se limitando, (i) determinar a Data de Emissão, (ii) celebrar a escritura de emissão da Debenture e os demais documentos necessários à emissão, (iii) emitir a escritura de emissão da Debenture e os demais documentos, e (iv) contratar, conforme se faça necessário, os prestadores de serviços inerentes à Debênture. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta ata, que segue assinada por mim, secretário, e pela acionista presente, São Paulo, 03/05/2023. Samuel Souza da Silva - Presidente da Mesa. Rogério Garcia Peres - Secretário da Mesa. Acionista Presente: Himad Abdallah Mourad. Rogério Garcia Peres. Interventente Ausente: Himad Abdallah Mourad. **JUCESP - 2023/193-23 em 05/05/2023, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

Troféu Brasil

Lorraine Martins encara o desafio do Sul-Americano

Eleita a melhor atleta do Troféu Brasil Interclubes Loterias Caixa de Atletismo, que foi disputado de 6 a 9 de julho, em Cuiabá (MT), a velocista Lorraine Martins (Pinheiros-SP) está pronta para enfrentar novo desafio: representar a seleção brasileira no Campeonato Sul-Americano, que será realizado de sexta-feira (28/7) a domingo (30/7), no Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa, na Vila Clementino, em São Paulo.

Confiante, a carioca de 23 anos está inscrita em três provas – 100 m, 200 m e revezamento 4x100 m. “Estou muito bem e quero bater meus recordes pessoais nos 100 m (11.16/0.6) e nos 200 m (22.59/1.8). Depois do índice para o Mundial (22.60), eu e o meu treinador Renan Valdiero acreditamos que posso conseguir também o índice olímpico (22.57)”, comentou Lorraine.



Foto/Wagner Carmo

Lorraine Martins: três ouros em Cuiabá

“Outro objetivo é ajudar as meninas a conseguir qualificação para o Mundial no 4x100

m”, disse, referindo-se à principal competição da temporada 2023 da modalidade, que será

disputada de 19 a 27 de agosto, em Budapeste, na Hungria.

A seleção brasileira feminina está na 21ª colocação na corrida para o Mundial, com o tempo de 43.73, e precisa correr a prova em menos de 43.35 para ficar entre as 16 participantes da competição (considerando o Ranking até agora). A marca de 43.73 foi obtida no dia 7 de maio no Meeting Troféu Adhemar Ferreira da Silva Loterias Caixa, disputado no Centro Nacional de Desenvolvimento do Atletismo, em Bragança Paulista. A equipe foi formada por Anny Caroline de Bassi, Gabriela Mourão e Ana Carolina de Azevedo, além de Lorraine.

Medalha de bronze nos 200 m (23.80) no Campeonato Ibero-Americano de La Nucia, na Espanha, em 2022, Lorraine é recordista brasileira sub-20 dos 100 m (11.35) e dos 200 m (23.06) e demonstra muita motivação após

algumas mudanças da vida. “Em outubro passado voltei a morar com a família e a treinar no Rio de Janeiro, com o Renan. Isso me deu uma certa tranquilidade e estou vivendo um momento de reencontro”, comentou a velocista.

O treinador Renan Valdiero faz questão de exaltar o comprometimento e a expectativa sobre o desempenho da atleta. “Espero que ela faça um bom 100 m e índice olímpico nos 200 m. As expectativas são grandes. Ajudou muito a transição do Felipe de Siqueira para o meu trabalho. A comunicação foi muito fácil”, analisou. “Ela é uma velocista de grande potencial e tem muito o que evoluir”, comentou Renan, que orienta a campeã brasileira no Rio de Janeiro, nas pistas do CDA, da Aeronáutica, e da Urca, no Exército.

SERVIÇO - O Sul-Americano, que terá transmissão ao vivo pela TV Atletismo Brasil, por meio do YouTube da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt), é uma oportunidade para o público ver os atletas do País em ação. A entrada para o público é franca. A pista do Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa (COTP) fica na Vila Clementino, ao lado do Parque das Bicicletas - entrada pela Rua Pedro de Toledo, 1.651. O acesso por metrô é muito fácil pela Linha 5 - Lilás, Estação AACD-Servidor.

A Prevent Senior NewOn é patrocinadora do atletismo brasileiro oferecendo medicina esportiva de precisão e estilo de vida para os que se ligam no esporte e apoio às competições.

As Loterias Caixa são a patrocinadora máster do atletismo brasileiro.

Desafio das Serras e Ultramaratona movimentam São Bento do Sapucaí



Foto/Divulgação

Desafio das Serras e Ultramaratona

O começo de agosto será perfeito para quem gosta de superar barreiras. Isso porque nos dias 5 e 6 acontecerão as disputas do Desafio das Serras Ultramaratona, com provas de 40 e 80 quilômetros divididos em dois dias, e o Desafio das Serras, com distâncias de 6, 12, 21 e 42 quilômetros, dois dos mais importantes eventos de corrida de montanha do país. O palco será a famosa Pedra do Baú, com sede da cidade de São Bento do Sapucaí, que promete receber um

grande número de participantes.

O Desafio das Serras Ultramaratona completa dez anos e retorna à São Bento do Sapucaí, na região da Pedra do Baú, uma fantástica formação rochosa na Serra da Mantiqueira e na exuberante Mata Atlântica. O local, aliás, foi tão bem-aceito pelos corredores que o Adventure Club, organizador do evento, resolveu retornar ao local.

“Trata-se de nossa mais importante prova e que acontece num lugar incrível e que apresen-

ta um desafio bastante interessante para todos os níveis de corredores. Montamos uma edição especial para comemorar uma década de evento atendendo o pedido dos participantes”, destaca o diretor-geral do Adventure Club e criador da prova, Sérgio Zolino.

O Desafio das Serras Ultramaratona reunirá atletas em duas modalidades, Solo e Duplas, com provas de 40 e 80 km, que serão divididas em dois dias. Com retirada de kits, largada e chegada na Praça Dr. Adhemar Pereira de Barros, em São Bento do Sapucaí. À noite, os participantes dormem no acampamento montado no topo da serra, na Pousada Casa Verde Baú, localizada na Estr. Mun. José Theotônio Silva – Silva, São Bento do Sapucaí – SP, 12490-000.

A programação começa na sexta, dia 4, com a recepção e entrega de kits das 17h às 21h. Às 20h será exibido o filme do Desafio das Serras 2022. No sábado, às 8h, acontecerá a largada dos 80 km, ficando para as 8h30 a largada dos 40 km. Das 12 às 18h será a chegada na Pousada Casa Verde Baú. No domingo, a lar-

gada da Pousada será às 7h para os 80 km e 8h para os 40 km, com chegada na Praça em São Bento do Sapucaí entre 11h e 16h. A premiação está prevista para as 16h. Mais detalhes sobre a entrega de bagagem para o pernoite da pousada estão à disposição no site.

O Desafio das Serras Ultramaratona tem organização do Adventure Club, com patrocínio do Grupo Feital e Legrand, e apoio de Emaná, NTK, Bananiha Paraibuna, 100% Eventos e BodiHeat.

O fim de semana reserva também mais uma etapa do Desafio das Serras, programada para o domingo, dia 6, com atletas na modalidade Solo em distâncias de 6, 12, 21 e 42 km. A programação começa no sábado, com recepção e entrega de kits das 15 às 19h na Praça Dr. Adhemar Pereira de Barros São Bento do Sapucaí. No domingo, as largadas estão assim programadas: 7h, 42 km; 8h, 21 km; 8h30, 12 km, e 9h, 6 km. A premiação de 6 e 12 km será às 14h, enquanto dos 21 e 42 km às 16h.

Mais informações no site www.adventurecamp.com.br

Paulista Off-Road: etapa surpreende competidores com desafios bem variados



Foto/Eduardo Carvalho

Campeões Graduados: Oswaldo Netto e Bruno Cruz

Pilotos e navegadores do rali de regularidade encararam no último sábado, 22 de julho, mais um desafio do Paulista Off-Road. Foi para São Luiz do Paraitinga (SP), no Vale do Paraíba, que o evento levou a quarta etapa da temporada 2023 e proporcionou aos participantes um sábado de muita adrenalina e diversão. No grid estiveram 45 veículos 4x4, que se dividiram entre as categorias Máster, Graduado, Turismo e Turismo Light.

Como de praxe, o Paulista Off-Road entrega a cada etapa uma prova com características diferenciadas e que exigem habilidade e exatidão dos competidores e, principalmente, entrosamento entre as duplas. “Uma dupla bem afinada, com uma comunicação bem ajustada e esclarecida entre si tem mais chances de conquistar um bom resultado. Nos momentos em que o rali fica mais dinâmico e intenso, o entrosamento faz toda a diferença”, explica o diretor de prova, Clayton Prado.

Em São Luiz do Paraitinga, foram 120km de rali – com 103km de trechos navegados – em uma fazenda de reflorestamento de eucaliptos, que apresentou terreno batido (duro), com pedrisco, ora mais liso, ora mais seco; e os balaies que testam a concentração e proporcionam mais experiência aos off-roders.

A chegada da quarta etapa foi no Restaurante Rancho do Mato, após quase três horas e meia de disputas. Na categoria Máster, José Carlos da Silva (o Zé do Chapéu) e Bernardo Schafer Andrade mantiveram a boa performance e cravaram mais uma vitória. A dupla é uma das “estrangeiras” que tentam levar o título paulista para outro estado. O piloto é de Cuiabá (MT) e o navegador de Piratuba (SC). “Essa prova se caracterizou pelas curtas referências e médias alta de velocidade. Mais um resultado que conquistamos com muito esforço diante de concorrentes com alto nível técnico”, salientou Bernardo.

Na Graduado, os vencedores foram Oswaldo Netto e Bruno Cruz. “Tivemos uma prova com médias de velocidade bem justas, o que ficou ainda mais complicado diante dos vários tipos de piso, que mudavam rapidamente. Ou seja, em um momento era trilha seca com bastante aderên-

cia e, logo em seguida, um chão com pedrisco e escorregadio. Somado a isso, o hodômetro ajustado foi fundamental para encarar com precisão os balaies e não errar nas pegadinhas”, declarou Oswaldo, que falou sobre a vitória. “O sentimento é incrível. Acabamos de chegar na categoria e sabíamos que não seria fácil ganhar uma etapa. A evolução está sendo rápida, mas sabemos que a consistência vai fazer a diferença”, completou o piloto.

Outra dupla “estrangeira” subiu ao topo do pódio. Na Turismo, os mineiros de Juiz de Fora, Lásaro da Cruz e Matheus de Sousa Alves ganharam pela terceira vez. “O Paulista surpreende a cada prova e, para mim, é um dos melhores campeonatos do Brasil. O carro saía de lado toda hora (esparando). Foi uma pilotagem bem divertida. Teve um balaio bem técnico e complexo logo no início da planilha, o que já deixou a adrenalina lá em cima”, falou Lásaro. “Mantivemos a concentração e a boa comunicação o tempo todo. Investimento tempo para analisar os erros que cometemos em etapas anteriores para irmos mais fortes. Tivemos sucesso, mas ainda temos muito o que melhorar”, avalia o piloto.

E completando a premiação da quarta etapa, subiram ao primeiro lugar do pódio na Turismo Light, Thiago da Silva Chaves e Vitor Conrado Faria Gomes. “Não passava nem no momento mais otimista da dupla vencer essa prova, com um grid tão cheio. Foi maravilhoso, é uma vitória que não sairá da memória, vamos deixar esse troféu em um local especial na prateleira”, comemorou Thiago.

A quinta etapa do Paulista Off-Road já tem data marcada: 30 de setembro. A cidade anfitriã será divulgada nos próximos dias.

O Paulista Off-Road 2023 tem patrocínio de FD Displays, Applebee's, DMK3 Tecnologia, Viagastro, SFI Chips, Street Motors, Imagine Jeans, Miltparts e Eddie.

Apoio de Incorpodaher, Maleco Construtora e Incorporadora, Land Stone, Eddie, Daseg, Novo Azul Contabilidade, Liberdade de Ideias – Jornalismo e Comunicação Integrada, Shez Fotografia, Lady's Off-Road e Prefeitura de São Luiz do Paraitinga e Secretaria de Turismo e Cultura de São Luiz do Paraitinga.

Copa Brasil de Kart: Carioca Gabriel Fernandes quer título em duas categorias em SC

Líder do Campeonato Carioca de Kart na categoria Junior, e da categoria F-4 Junior na Copa São Paulo Light e da V11 Aldeia Cup, o carioca Gabriel Fernandes (Techspeed/Cinestúdio/Globo Construtora/Seepill Valves/Total Auto Center/3Marc/Pizza Crek/SOS Bike Móvel) irá disputar nesta semana (26 a 29/7) a 24ª Copa Brasil de Kart, que será realizada no Kartódromo Beto Carrero, em Penha, litoral de Santa Catarina, fazendo jornada dupla, já que irá brigar pelo título nas duas categorias.

“Quero aproveitar a oportunidade que meus apoiadores estão me dando de participar em duas categorias na segunda maior competição de kart do país, e fazer o melhor trabalho possível, para brigar pelo título em ambas”, agradeceu o piloto de Nova Iguaçu, na baixada fluminense.

Gabriel Fernandes é líder do Campeonato Carioca de Kart, na categoria Junior 125, usando motor sorteado de 2 tempos. Em São Paulo ele lidera a V11 Al-

deia Cup, e a Copa São Paulo Light de Kart, na categoria F-4 Junior, que utiliza motor de 4 tempos sorteado. Em ambos ele utiliza o chassi Techspeed, mesma fábrica que defenderá na Copa Brasil.

“São dois motores com peso e características completamente diferentes, e que exigem acerto de chassi diferenciados. Como já tenho experiência com estes equipamentos, e os meus familiares da equipe Nikima Racing/Dai Motorsport tem a expertise de acertar o chassi Techspeed em qualquer situação, terei a tranquilidade para pilotar e alcançar os melhores resultados em Penha”, acredita o representante das marcas Cinestúdio/Globo Construtora/Seepill Valves/Total Auto Center/3Marc/Pizza Crek/SOS Bike Móvel.

Gabriel Fernandes corre pela equipe Nikima Racing/Dai Motorsport, gerenciada pelo seu pai e tio, com a colaboração de seus irmãos mais velhos. É uma estrutura familiar, com bases em São



Foto/Leo Almeida

Gabriel Fernandes lidera o Carioca da Junior 2 tempos

Paulo e Rio de Janeiro, onde o piloto também tem que colaborar arregando as mangas na montagem dos karts de seus clientes.

“Além da competência técnica da minha família, contarei com os chassis Techspeed, e na Júnior estarei utilizando os motores da preparadora DTR Motorsport. Isso me dá uma grande segurança para trabalhar no acer-

to fino do equipamento e pensar na construção dos campeonatos, já que terei 24 concorrentes de alto nível em cada categoria”, conclui o garoto de 13 anos de idade.

Gabriel Fernandes tem o apoio de Techspeed/Cinestúdio/Globo Construtora/Seepill Valves/Total Auto Center/3Marc/Pizza Crek/SOS Bike Móvel

Mantenha os cuidados para prevenir a Covid 19:

- Use máscaras nos transportes
- Lave bem as mãos
- Evite aglomerações

